



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
	CONSELHO DE MINISTROS:
	Resolução n.º 138/2017:
	Classifica como património cultural nacional a Festa de São João Baptista. 1464
	Resolução n.º 139/2017:
	Autoriza o Ministério da Justiça, através dos Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público, a realizar despesas no âmbito de aquisição de 20 (vinte) viaturas operacionais. 1464
	Resolução n.º 140/2017:
	Aprova o documento detalhado e territorializado do Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola 2017/18. 1465
	Resolução n.º 141/2017:
	Concede tolerância de ponto aos funcionários e agentes do Estado e dos Institutos Públicos no Município de Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, no dia 6 de dezembro de 2017. 1486

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 138/2017

de 4 de dezembro

A valorização patrimonial, enquanto elemento de resgate e afirmação identitários de um povo, conduz ao reforço da cidadania, ensejando o surgimento de cidadãos mais conscientes e participativos.

Neste sentido, cabe ao Estado, também por imperativo constitucional, promover ações e procedimentos legais capazes de preservar a memória que envolve o património imaterial do país, associando-se às práticas de defesa e valorização e salvaguarda desse património.

Mostra-se cada vez mais pertinente o resgate de algumas tradições ameaçadas pela dinâmica do tempo, o que implica ações urgentes conducentes ao registo e estabelecimento de um plano de salvaguarda, sobretudo quando a demanda provém da própria comunidade.

A Festa de São João Baptista encontra-se bastante enraizada na memória do povo cabo-verdiano e vem adquirindo uma inegável projeção, o que se deve tanto à intensidade com que é festejada internamente, como ao efeito da diáspora que pelos diversos cantos do mundo vem reproduzindo e adaptando os festejos nos países de acolhimento, lá onde haja uma família ou comunidade devota ao Santo.

Entre as festas de romaria presentes no arquipélago, a de São João apresenta-se, sem dúvida, como a mais popular e com maior projeção, quer a nível nacional quer a nível internacional. Aqui, acresce dizer, a título de exemplo, que a festa de São João, introduzida em Cova da Moura, Portugal, por emigrantes cabo-verdianos ali residentes, assumiu tal proporção e representatividade que recentemente foi elevada a categoria de património cultural imaterial desse país.

E não é só em Portugal que São João, uma das expressões maiores da nossa identidade cultural enquanto nação, se manifesta. São João está disseminada por outros recantos onde a nossa diáspora se faz presente, nomeadamente na Holanda no Senegal, São Tome e Príncipe, Argentina e Estados Unidos.

São João enquadra-se no tipo de festas designadas de festas de romaria, sendo as de maior projeção nacional as que ocorrem entre maio e junho: Santa Cruz a 3 de maio; Santo António a 13 de junho; São João a 24 de junho e São Pedro a 29 de junho. Estas celebrações, também conhecidas por festas dos santos populares, são vividas, com maior ou menor intensidade, em todas as ilhas, apresentando também adaptações consoante os ambientes onde elas são reproduzidas.

Não há dados concretos que nos permitam afirmar com certeza desde quando a festa de São João começa a ser comemorada em Cabo Verde.

Até finais do séc. XIX as fontes históricas relativas à descrição da festa de São João são muito escassas. No

entanto, a avaliar por um registo datado de 1898, pode dizer-se que nesta altura a Festa de São João já atingia uma dimensão muito significativa, sobretudo se tivermos em conta que o dito registo diz respeito a uma pequena localidade chamada Porto dos Carvoeiros (atual cidade do Porto Novo), em Santo Antão.

Com efeito, nesse registo faz-se alusão à presença de cerca de 5.000 pessoas a festejar o *Sanjon*, animados pelo toque de 300 tamboreiros, números que por si só e para a época são reveladores da pujança que a festa já tinha na altura.

Hoje são dezenas de milhares de foliões que anualmente demandam a festa.

Aliás, a proposta de classificação da Festa de São João Baptista resulta da demanda popular e de autoridades locais que, ao longo dos anos, vêm reivindicando práticas de defesa, valorização e salvaguarda desse património imaterial, considerado pelo coletivo como um dos mais expressivos do Arquipélago.

Assim, dando cumprimento ao disposto nos artigos 2.º, 3.º, 4.º e 70.º da Lei n.º 102/III/90, de 29 de dezembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Classificação

É classificada como património cultural nacional a Festa de São João Baptista.

Artigo 2.º

Delimitação

A classificação a que se refere o artigo anterior inclui, de um lado, a dimensão material e física da Festa, nomeadamente a indumentária característica, os objetos e materiais que lhe são associados, os instrumentos musicais, e, por outro, a dimensão imaterial e simbólica, designadamente a romaria e a vertente musical que lhe acompanham e enformam, ambos relevantes para a formação da identidade histórico-cultural do povo cabo-verdiano.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 23 de novembro de 2017.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução nº 139/2017

de 4 de dezembro

Seguramente, a falta de afetação de recursos e de mobilização de meios constituem algumas das causas que muito contribui para a morosidade da Justiça em Cabo Verde.

No que aos meios dizem respeito, é crucial renovar o parque automóvel tanto das Procuradorias como também dos Tribunais.

Neste contexto, em maio do corrente ano foi lançado, através da Unidade de Gestão das Aquisições Agrupadas (UGAC) do Ministério das Finanças, o concurso público n.º 03/UGA/MF/2017, para aquisição de viaturas destinados ao Estado de Cabo Verde. A aquisição seria efetuada em duas modalidades de pagamento, a leasing e a pronto pagamento, subdivididos em lotes.

O lote 1 da modalidade a pronto pagamento continha 20 (vinte) viaturas, sendo que 8 (oito) seriam afetadas aos serviços dos Tribunais das diferentes Comarcas do País, bem como aos Serviços de Inspeção e às Secretarias dos Tribunais de Relação e 12 (doze) seriam afetadas às diferentes Procuradorias da República do País.

Ocorre que, por força da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 102.º da Lei n.º 88/VIII/2015, 14 de abril, o lote 1 supracitado foi cancelado.

Nesta conformidade, atendendo que as viaturas constituem um dos meios indispensáveis para se garantir a operacionalidade por parte dos Tribunais e das suas Secretarias, bem como das Procuradorias da República.

Considerando a imperiosa necessidade de dotar às instituições e serviços acima referidos de novas viaturas, enquanto um dos instrumentos cruciais para o cumprimento das funções neles acometidas;

Considerando a existência da disponibilidade orçamental para custear do valor da aquisição que se pretende;

Atendendo que o ano económico de 2017 está no fim, pelo que se impõe a execução impreterível do orçamento para o efeito, sob pena da perda do montante disponível;

Considerando que, face aos motivos de urgência imperiosa e imprevisível, não há condições para serem cumpridos os prazos exigidos para o lançamento de um novo concurso, seja público ou limitado, autoriza-se, nos termos da presente Resolução, que se proceda à realização de despesas para aquisição das mencionadas viaturas, mediante o procedimento de ajuste direto, nos termos da lei.

Assim,

Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril e da alínea *e*) do n.º 1 do artigo 42.º do Decreto-lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, a aplicar por força do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Autorização

É autorizado o Ministério da Justiça, através dos Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do

Ministério Público, a realizar despesas, mediante procedimento de ajuste direto, no âmbito de aquisição de 20 (vinte) viaturas operacionais, sendo que:

- a) 12 (doze) são afetas às Procuradorias da República da cidade da Praia e das ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Fogo e Brava;
- b) 8 (oito) são afetas aos Tribunais da Comarcas da Praia, de Santa Catarina de Santiago, Paul, São Vicente e Brava, os Serviços de Inspeção e as Secretarias dos Tribunais de Relação.

Artigo 2.º

Encargos orçamentais

Os recursos financeiros para aquisição das viaturas a que se referem o artigo 1.º perfazem um valor total de 68.160.000\$00 (sessenta e oito milhões, cento e sessenta mil escudos) e são assegurados através do Orçamento de Investimento do Conselho Superior do Ministério Público, na rubrica 03.01.01.02.01.01.01-Viaturas Ligeiras de Passageiros - Aquisições Total, no valor de 40.560.000\$00 (quarenta milhões, quinhentos e sessenta mil escudos) e do Orçamento de Investimento do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na rubrica 03.01.01.02.01.01.01-Viaturas Ligeiras de Passageiros - Aquisições Total, no valor de 27.600.000\$00 (vinte e sete milhões e seiscentos mil escudos).

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 2 de novembro de 2017.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução n.º 140/2017

de 4 de dezembro

O Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola de 2017/18 (PEMSMAA-2017/18), aprovado pelo Governo de Cabo Verde através da Resolução n.º 110/2017, de 6 de outubro, tem a duração de 18 meses e visa assegurar a manutenção da capacidade de produção agrícola e pecuária, o abastecimento da água e a renda familiar, especialmente no meio rural.

O PEMSMAA-2017/18 descreve, de forma concisa, a situação crítica no país causada pela seca e as políticas públicas assumidas, de imediato, pelo Governo para atenuar as consequências negativas na economia e a nível da população, servindo-se ao mesmo tempo de suporte para a informação inicial à sociedade, para a articulação institucional e para a mobilização de assistência técnica e financeira.

O passo seguinte consiste na elaboração de um documento técnico mais detalhado, que minucia e confere enquadramento espacial às atividades concretas relativas

aos três grandes eixos de intervenção do programa emergencial: salvamento do gado, gestão da escassez hídrica e promoção do emprego no campo.

Este documento detalhado e territorializado complementa o PEMSMAA-2017/18, permitindo visualizar a situação diferenciada dos concelhos (distribuição do efetivo pecuário, problemas sanitários, necessidades e disponibilidade de água, famílias vulneráveis...) e serve de base para a contratualização da execução das atividades identificadas e para o estabelecimento de parcerias e outros compromissos institucionais atinentes a este objetivo.

Neste sentido, aprova-se, ao abrigo da presente Resolução, o documento detalhado e territorializado do PEMSMAA-2017/18.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Objeto

É aprovado o documento detalhado e territorializado do Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola 2017/18, que consta em anexo à presente Resolução, dela fazendo parte integrante.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 15 de novembro de 2017.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA PARA MITIGAÇÃO DA SECA E DO MAU ANO AGRÍCOLA 2017/2018 (PEMSMAA)

- COM MEDIDAS DETALHADAS E TERRITORIALIZADAS -

Novembro de 2017

1. INTRODUÇÃO/CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO

Este documento reflete as medidas detalhadas e territorializadas do Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola 2017/2018 (PEMSMAA 2017/2018), aprovado pelo Governo no passado dia 5 de outubro (Resolução nº 110/2017 - *Boletim Oficial* nº 58 – I Série, de 6 de outubro) e complementa-o. Sem deixar de caracterizar a situação desta estiagem e o seu impacto na economia agrária (diminuição drástica da produção agrícola e pecuária e grande redução das reservas de água) e na segurança alimentar e nutricional das famílias, pretende-se especificar de forma detalhada, com enquadramento espacial, as atividades e as parcerias necessárias para a materialização do programa emergencial, a fim de assegurar a manutenção da capacidade da produção agropecuária, o abastecimento da água e a renda familiar, especialmente no meio rural.

Com efeito, o detalhamento e a territorialização do PEMSMAA 2017/2018 implica a identificação e quantificação das atividades concretas no terreno que

permitem materializar i) o salvamento do gado, ii) a gestão da escassez hídrica e iii) a promoção do emprego no campo, tendo como foco as famílias das localidades rurais e indo de encontro às fragilidades surgidas na produção agropecuária e à diminuição da renda familiar. Este trabalho baseou-se em dados técnicos e de terreno e na articulação com as autarquias locais, o que permitiu visualizar a situação diferenciada dos concelhos, especialmente no que tange à distribuição do efetivo pecuário, aos problemas sanitários nos animais, às necessidades e disponibilidade da água, às infraestruturas e equipamentos hidráulicos e à distribuição das famílias vulneráveis. Este exercício facilitou a alocação equilibrada dos recursos técnicos e financeiros, no sentido de assegurar maior eficácia da intervenção pública.

As atividades concretas de terreno com forte impacto na manutenção da capacidade produtiva e na criação de postos de emprego executadas sob a coordenação das entidades públicas são complementadas com outras medidas de política e parcerias a saber:

- Incentivos fiscais e financeiros como a isenção de direitos aduaneiros, IVA e taxas associadas à importação de alimentos e medicamentos para animais bem como de materiais e equipamentos destinados à rega gota-a-gota;
- Criação da linha de crédito facilitado para os agricultores e criadores de gado com acesso rápido a meios financeiros (max. 48 horas), sem juros e com períodos de carência alargados. Para a materialização desta política, o Governo elegeu como parceiras importantes as instituições de microfinanças (IMF), dada a experiência e relação de proximidade com as famílias e tendo em conta a pertinência da continuidade e reforço desta política em prol de um desenvolvimento rural sustentável;
- Parcerias com os fabricantes de ração, com importadores de cereais e outras empresas ou entidades estatais no sentido de se fabricar e vender esses alimentos a preço unificado e reduzido para os criadores;
- Parcerias com ONG na execução de ações de sensibilização e aconselhamento das famílias, na avaliação da situação social e alimentar e na eventual assistência social.

Dada a conjuntura e a natureza das ações, será fundamental assegurar uma boa articulação institucional, pragmatismo nas decisões e adoção de uma estratégia de comunicação assertiva, alinhada com os objetivos preconizados e ao serviço dos intervenientes e da sociedade. Neste contexto, leva-se em consideração o papel imprescindível das câmaras municipais na execução das atividades que geram o emprego público nas localidades.

2. CARATERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DA SECA E DO MAU ANO AGRÍCOLA

2.1. Meteorológica e pluviométrica – climática

A pluviometria registada durante o período considerado chuvoso em Cabo Verde, compreendido entre julho e outubro do corrente ano foi muito baixa para uma média nacional de 109 mm, ou seja 39% da média de uma série pluviométrica registada entre o período 1981 – 2010 que é de 277 mm/ano (Quadro 1).

Quadro 1: Valores comparativos da precipitação média (mm)

Ilha	Precipitação média (mm)	
	Ano 2017	1981-2010
Santiago	146	339
Santo Antão	167	314
Fogo	158	407
São Nicolau	80	212
Brava	81	239
Maio	25	152
Média	109	277

A campanha agrícola teve início na terceira década do mês de julho, com ocorrência das primeiras precipitações de fraca intensidade a moderada em algumas localidades situadas nas zonas altas das ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo. Nas zonas áridas e semiáridas, registaram-se chuvas localizadas, de fraca intensidade. Na primeira década do mês de agosto, foram registadas chuvas moderadas e mal repartidas, beneficiando apenas algumas localidades das ilhas de Santo Antão e Fogo. Na segunda década de agosto não se registou qualquer precipitação significativa no arquipélago. De realçar que a terceira década de agosto, devido à influência de uma onda tropical, foram registadas chuvas de intensidade variável, beneficiando todas as ilhas. Depois desse período até a presente data, não caiu nenhuma precipitação digno de registo, exceto em certas localidades das ilhas de Santo Antão e Fogo, respetivamente na primeira e segunda década do mês de setembro (Tabela 1 do Anexo I).

2.2. Evolução das culturas e da produção de pasto

Devido a precipitação deficitária registada e sua má distribuição no tempo e no espaço, as produções do milho e feijões foram praticamente nulas, tendo apenas em algumas localidades da ilha do Fogo uma produção residual.

A produção de pastos foi fraca e as reservas atuais de pasto armazenadas pelos criadores só cobrem as necessidades do efetivo constituído, essencialmente, por ruminantes (81,4%), por um período de cerca de três meses.

Os animais sobretudo nos estratos climáticos áridos começam a perder peso com sinais de subnutrição e infestações de parasitárias e outros problemas sanitários, ocorrendo em alguns casos, venda de animais ao desbarato.

2.3. Situação zoo-sanitária

Em todas as ilhas, verificam-se problemas sanitários sendo o mais relevante o parasitismo interno e externo, associado aos problemas de distúrbios nutricionais. Em algumas ilhas a situação epidemiológica, chega a ser preocupante face ao risco de perdas de gado provocadas por ectoparasitas, sobretudo ácaros. A agravar esta situação, o ataque de caracóis nos ruminantes tende a intensificar-se, nas ilhas de Santiago, Brava e Boa Vista.

Os dados demonstram que em Cabo Verde existe um défice forrageiro de 27.256 toneladas de M.S., mesmo nos anos considerados normais em termos pluviométricos. No entanto, nos anos de seca e irregularidade das

chuvas, como este ano, verifica-se um impacto negativo na produção forrageira com consequência direta no estado nutricional e sanitário do efetivo animal. Este facto associado à limitada disponibilidade de água para o abeberamento tem consequências na saúde, produção e mortalidade animal.

2.4. Recursos Hídricos

O ano de 2017 é, seguramente, um dos piores anos em termos de precipitação dos últimos setenta anos de registos na História de Cabo Verde, caracterizado pela total ausência de precipitação no mês de setembro que é o mês mais chuvoso no arquipélago. Como consequência da falta generalizada da chuva, as reservas hídricas que foram acumuladas nos anos anteriores mal chegam para atender as necessidades sempre crescentes da produção agropecuária. Neste contexto, as reservas hídricas encontram-se muito próximas do seu limite de exploração, resultando em impactos negativos diretos na disponibilidade de água para atender as necessidades dos múltiplos usos, com destaque para o consumo humano, agricultura e pecuária.

Devido à falta de precipitação, no corrente ano, não ocorreu a recuperação esperada dos volumes de água nos principais reservatórios superficiais (Poilão, Faveta, Saquinho, Canto Cagarra, Figueira Gorda e Flamengos), estando estes reservatórios no limite de sua capacidade de exploração. Por outro lado, os caudais afluentes aos principais aquíferos que alimentam os furos, poços e nascentes estão em seus limites mínimos em comparação com os volumes historicamente medidos, apresentando um acentuado decréscimo na capacidade de armazenamento subterrâneo.

O nível da disponibilidade hídrica subterrânea estimado para ilha de Santiago, a maior ilha agrícola, é de apenas 287 m³/hab/ano. Este volume corresponde a 2/5 do valor indicativo que é recomendado pelas Nações Unidas (500 m³/hab/ano) o que caracteriza a escassez hídrica. Estudos recentes da ANAS (2016), indicam os valores de recarga média anual dos lençóis freáticos para as ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão de 30,5; 24,5 e 36,8 hm³ respetivamente. Esses valores de recargas que já estavam abaixo das projeções das necessidades projetadas para os múltiplos usos foram sujeitos às consequências do que é já considerado o pior ano em termos de precipitação das últimas décadas. Por esta razão, e tendo em conta a situação de crise hídrica descrita, as previsões de recarga ficarão muito aquém das previstas para 2017 e 2018.

3. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ALIMENTAR E SOCIOECONÓMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS

Os dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF 2015), mostram que cerca de 24% da população cabo-verdiana é pobre e 9% vivem em pobreza extrema. A taxa de pobreza é mais acentuada no meio rural onde o setor primário desempenha um papel social muito importante. A agricultura emprega 22% da população ativa do país, sendo que este valor atinge 82% no meio rural (INE, 2013). Considerando o cenário atual de falta de chuva, com reflexo na escassez de produtos agroalimentares e no

aumento de preços, agrava-se consideravelmente o estado de insegurança alimentar e nutricional das famílias, diminuindo assim o acesso económico aos alimentos.

Os cereais são a base da alimentação das famílias cabo-verdianas e de acordo com os dados, 13,7% das famílias estão subalimentadas (FAO, 2017). As carências alimentares, ainda constituem uma preocupação, manifestando sobretudo em carências nutricionais específicas em grupos vulneráveis, como a anemia que atinge 52% das crianças menores de cinco anos de idade (IPAC 2009).

As informações fornecidas pela metodologia do Quadro Harmonizado (ferramenta que permite classificar a natureza e a gravidade da insegurança alimentar aguda obtidas durante as avaliações das situações atuais e projetadas da segurança alimentar e nutricional) realizadas em março de 2017, estimavam que no período de junho-agosto (situação projetada) cerca de 68.810 pessoas (13% da população nacional) se encontrariam em fase sob-pressão e que 3.648 pessoas (1% da população nacional) se encontrariam na situação de crise. Os municípios com maior percentagem da população em situação de insegurança alimentar aguda foram: Porto Novo, Tarrafal de São Nicolau, Tarrafal de Santiago, São Filipe e Santa Catarina na ilha do Fogo (Anexo II).

Extrapolando os dados para as famílias agrícolas, verifica-se que 5681 famílias estão na fase de sob-pressão, sendo os municípios mais afetados Ribeira Grande e Porto Novo de Santo Antão, Praia, Santa Cruz e Tarrafal e São Miguel de Santiago e São Filipe do Fogo.

Considerando o período de referência para a elaboração da presente projeção (março 2017), e tendo em conta o cenário da seca e do mau ano agrícola vivenciada em Cabo Verde, prevê-se um aumento de famílias agrícolas em situação de vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, ou seja, um aumento de famílias em todas as fases de classificação de insegurança alimentar, sobretudo das fases 2 e 3 (Tabelas 1 e 2 do Anexo II)

O atual contexto da seca e do mau ano agrícola vivenciada em Cabo Verde põe em risco a situação de sobrevivência das populações, e consequentemente os avanços conseguidos na segurança alimentar e nutricional. Portanto, estes fenómenos diminuirão as capacidades das famílias rurais em aceder aos produtos básicos, agravando a situação de insegurança alimentar e desencadeando estratégias de sobrevivência, nomeadamente movimentos migratórios campo-cidade em busca de novas formas de sustento, com todas as implicações inerentes. Se Cabo Verde já é um país estruturalmente dependente do exterior em matéria de abastecimento de produtos alimentares de base como cereais, óleos, leite e açúcar, o impacto da seca vai agravar fortemente a situação, designadamente a nível da balança de pagamentos, pois a redução drástica da produção hortícola, frutícola e pecuária vai provocar o aumento considerável das importações.

Os impactos também podem se fazer sentir sobretudo nos trabalhadores agrícolas assalariados, que poderão perder os seus postos de trabalho, bem como os pequenos comerciantes (retalhistas) que sofrerão com a redução dos seus rendimentos.

4. OBJETIVOS E RESULTADOS DO PROGRAMA

4.1 Objetivos

Objetivo geral

Assegurar a resiliência das ilhas face à seca e ao mau ano agrícola, garantindo os meios de subsistência das famílias afetadas e a gestão sustentável dos recursos naturais no meio rural.

Objetivos específicos

1. Minimizar o problema de falta de água, garantindo o uso racional e a regularidade do fornecimento para as famílias e as explorações agrícolas e pecuárias.

2. Garantir a capacidade produtiva da pecuária (Salvamento do Gado) de ruminantes, através da adequação do efetivo aos recursos disponíveis, reforço da disponibilidade de alimentos e a manutenção do bom estado sanitário dos animais.

3. Garantir o mínimo de rendimento às famílias agrícolas fortemente afetadas pelo mau ano agrícola através da criação de oportunidades de mais empregos, sobretudo no meio rural.

4.2 Resultados

O programa de emergência para mitigação da seca e do mau ano agrícola 2017/2018 visa reforçar a capacidade de resiliência a **17.203¹** agregados familiares rurais (62,3%) vulneráveis e dependentes do setor agrário. Para o efeito, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- **Resultado 1:** Efetivo animal devidamente otimizado
- **Resultado 2:** Estado Sanitário dos animais melhorado e estabilizado
- **Resultado 3:** Sistema de alimentação animal reforçado
- **Resultado 4:** Pontos de abeberamento animal funcionais nas zonas de pastoreio
- **Resultado 5:** Disponibilidade de água para a agricultura aumentada
- **Resultado 6:** Meios de existência de 27.605 agregados familiares agrícolas rurais reforçados e protegidos

5. MEDIDAS MITIGAÇÃO DA SECA E DO MAU ANO AGRÍCOLA

Atendendo aos objetivos e resultados, as medidas de mitigação são organizadas em três grandes grupos: salvamento do gado, gestão de escassez de água e criação de emprego para as famílias afetadas.

5.1 Salvamento do Gado

Sendo um ano de seca, os ruminantes estão ameaçados pela escassez de pastos e pela falta de água, por isso é pertinente implementar um plano de emergência de salvamento do efetivo pecuário para garantir as condições mínimas de manutenção do estoque pecuário, contribuindo

¹Agregados familiares agrícolas (RGA, 2015), total 42.470 donde 65,3% são agregados familiares agrícolas rurais

assim para a segurança alimentar e a proteção dos rendimentos das famílias rurais. Isto implica sobretudo o reforço do sistema de alimentação animal com pastos e forragens e alimentos concentrados, ricos em proteínas, vitaminas e minerais, para além da otimização do efetivo animal em função dos recursos forrageiros disponíveis e da melhoria do estado sanitário dos animais. Com efeito, será necessário fazer face ao défice forrageiro resultante da seca estimado em cerca 27.200 toneladas de pasto e considerar as necessidades de consumo do efetivo de ruminantes – ver Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: *Quantidade de alimentos necessários para consumo mínimo dos ruminantes*

Concelho	Efetivo, numero			Necessidades Consumo diário (Kg)		
	Bovino	Caprino	Ovino	Bovino	Caprino	Ovino
S. Antão	1.782	22752	639	5.346	6826	192
São Vicente	337	4595	287	1.011	1379	86
São Nicolau	824	4382	1234	2.472	1315	370
Sal	155	869	251	465	261	75
Boa Vista	505	9169	682	1.515	2751	205
Maio	1.931	9180	120	5.793	2754	36
Santiago	19.889	34.225	9.128	59.667	10268	2738
Fogo	3.509	20.617	263	10.527	6185	79
Brava	667	1841	21	2.001	552	6
TOTAL	29.599	107.630	12.625	88.797	32.289	3.788
Total de consumo diário (kg)				124.874		
Total de consumo 300 dias (Kg)				37.462.050		

As estimativas do consumo foram feitas com base no número do efetivo do RGA de 2015, por concelho, tendo em consideração o consumo diário para os bovinos e para os caprinos e ovinos.

Para garantir a manutenção da atividade pecuária e sua retoma na próxima campanha agrícola, o Governo assume a responsabilidade de reforçar a disponibilidade de alimentos para ruminantes no mercado e facilitar a sua aquisição pelos criadores. Assim, foram definidos dois tipos de ração (Quadros 3 e 4) com as seguintes composições bromotológicas, que deverão ser utilizados dependendo da disponibilidade ou não de palha para adicionar à ração:

Quadro 3: *Alimento com boa percentagem de fibra*

Composição	Percentagem
Proteína bruta	14-15 %
Fibra Bruta	12,9- 13,5%
Matéria gorda bruta	3,2 – 4,5 %
Cinza	8.6 – 9,5 %

Quadro 4: *Alimento fraco em fibra*

Composição	Percentagem
Proteína bruta	13-14,5 %
Fibra Bruta	9,0- 10,5%
Matéria gorda bruta	3,0 – 4,0 %
Cinza	6,0– 7,5 %

Tratando-se de um período de escassez de alimentos será garantida apenas a quantidade mínima necessária para a manutenção do efetivo ruminante. O montante definido no Programa de Emergência para o salvamento do gado é de 387.093.783,75 CVE (ver Quadro 50 e Tabela 1 do Anexo III) destina-se à subvenção da compra de alimentos para o gado, isto no pressuposto que devido à seca, os criadores, sob orientação de técnicos especializados, irão reduzir o efetivo através de descarte de animais reformados, com problemas de saúde, improdutivos ou com defeitos congênitos/adquiridos. Por outro lado, haverá criadores que poderão ficar total ou parcialmente fora do plano, caso tenham outros recursos ou meios próprios para garantir a manutenção dos seus efetivos.

A facilitação do acesso financeiro aos alimentos é assegurada através de 3 medidas essenciais:

- Crédito sem juros e com período de carência aumentado, mediante criação de uma linha de crédito específica e celebração de um protocolo com as IMF para a sua gestão;
- Redução do preço dos alimentos pela via da isenção de taxas e impostos e da redução de outros custos associados à produção de ração, bem como a supressão da margem de lucro e definição de um preço fixo pelos fabricantes de ração e a subsidiação do seu transporte interilhas. Isto é feito com base num acordo que envolve o Governo, os fabricantes de ração e os importadores de matéria-prima;
- Bonificação da aquisição de alimentos para o gado em 20% do seu valor, mediante preço fixo e atribuição de vale-cheques aos criadores, conforme procedimentos definidos por portaria do Ministro da Agricultura e Ambiente.

Para garantir o estado sanitário do efetivo serão realizadas **campanhas de vacinação e desparasitação** a nível nacional. Face aos problemas de caracças, já foram elaborados planos de ação de luta contra ectoparasitas – ácaros (pioelhos, Sarcoptes spp. e carraças) para as ilhas da Brava, Boavista e Santiago cujo objetivo é controlar as populações de carraças e pioelhos, assegurar a sanidade animal e garantir a proteção da saúde pública veterinária, contribuindo assim para a segurança alimentar, sobretudo dos pequenos criadores que têm na atividade pecuária a sua principal fonte de renda. Por exemplo, no estrato semiárido da Ilha Brava, concentram-se cerca de 85 % da pecuária bovina da Ilha, onde as pastagens de gramíneas e de outras forrageiras têm servido de hospedeiras destas parasitas.

Os prejuízos causados por este ectoparasita nos bovinos, são evidenciados principalmente, a) pela extrema debilidade física, anorexia, anemia aguda provocada pela sucção de sangue por parte do ectoparasita (um carrapato fêmea pode secionar até 2 ml de sangue do hospedeiro) que pode comprometer a produção de carne e leite; b) pela inoculação de toxinas, promovendo diversas alterações e consequências fisiológicas, como a inapetência alimentar; c) pelo risco de transmissão de agentes infecciosos, principalmente Anaplasma e Babesia, responsáveis pela

tristeza parasitária bovina (TPB); e *d*) pela redução da qualidade do couro do animal, por causa das cicatrizes irreversíveis ocasionadas durante a alimentação.

Além desses danos diretos, considerados prejudiciais à pecuária familiar de ruminantes, existem aqueles indiretos, resultantes dos custos da mão-de-obra necessária para o seu controlo, assim como as demais despesas com construções e manutenção de banheiro, compra de equipamentos, aquisição de acaricidas, entre outros.

Para a melhoria da disponibilidade de água para abeberamento animal nas zonas de pastoreio, serão realizadas as seguintes atividades:

Quadro 5: Atividades de salvamento do gado por Ilha/município

Ilha/Concelho	Atividade
Porto Novo	Transporte de água em autotanque -aluguer, combustível (LDCM).
São Vicente	Construção de reservatórios (Algumas localidades do município).
Rª Brava - S. Nicolau	Construção de bebedouros (algumas localidades do município); Construção de reservatórios (algumas localidades do município); Transporte de água em autotanque - aluguel, combustível - (LDCM).
Tarrafal de S. Nicolau	Construção de bebedouros (P. Branca; Entrada de Carbeirinho; Rabil; Barril) (4); Construção de reservatórios (Rabil; Pedreira) (2); Construção bebedouro e reservatório (Monte) (1); Reabilitação de bebedouros (Praia Branca/Pedreira) (1); Transporte de água em autotanque -aluguer, combustível (LDCM) (1); Recuperação de autotanque (LDCM).
Sal	Construção de reservatório (algumas localidades do município);
Boa Vista	Construção de reservatório e bebedouro (algumas localidades);
Maio	Construção de bebedouros (Morro, Morrinho e Cascabulho) (3); Construção de reservatórios (Morrinho e Cascabulho) (2); Reabilitação de bebedouros (Cidade Porto Inglês) (1); Transporte de água em autotanque -aluguer, combustível, etc. - (LDCM) (1); Recuperação de autotanque (LDCM).
Rª Grande Santiago	Construção de bebedouros (Mosquito de Horta, S. Martinho); Construção de bebedouros e reservatórios (João Varela/ Salineiro); Reabilitação de bebedouros (Algumas localidades do município); Transporte de água em autotanque - aluguer, combustível (LDCM); Recuperação de auto tanque para transporte (LDCM).
S. Domingos	Construção de bebedouros (Loura/Achada Vassoura); Construção de reservatórios (Colonato/Ribeirinha); Construção de bebedouro e reservatórios (Curral Grande/ Djanban/Vale) da Costa/Veneza); Aquisição e recuperação de autotanque para transporte de água (LDCM);
Sta. Catarina Santiago	Construção de reservatórios e bebedouros (algumas localidades do município);
S. Miguel	Construção de reservatórios e bebedouros (algumas localidades do Município);
Tarrafal Santiago	Construção de reservatórios e bebedouros (algumas localidades do município);

S. Filipe – Fogo	Construção de bebedouros (Monte Tabor a Salto); Construção de bebedouro e reservatório (Monte Barro); Reabilitação de bebedouros (Monte Tabor a Salto); Transporte de água em autotanque -aluguer, combustível (LDCM); Recuperação de auto tanque para transporte de água (LDCM).
Sta. Catarina do Fogo	Construção de bebedouros (alto a Bombardeiro); Construção bebedouro e reservatório (algumas localidades do município); Transporte de água em auto tanque -aluguer, combustível, (LDCM),
Brava	Reabilitação de bebedouros (Cachaço); Transporte de água em autotanque - aluguer, combustível, (LDCM); Recuperação de autotanque para transporte de água (LDCM).

5.2 Gestão da Escassez de Água

A segunda parte integrante do PEMSMAA 2017/18 é a gestão da escassez e da qualidade da água, foi concebida sobretudo para atender as necessidades mais prementes e imediatas dos municípios, sobretudo os de maior vocação e tradição agrícolas, visando minimizar o problema da falta de água, garantir o seu uso racional e a regularidade do fornecimento para as famílias, explorações agrícolas e pecuárias através das seguintes áreas de intervenção: i) reforço de adução e distribuição de água, ii) aumento da disponibilidade de água para a agricultura e iii) criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez, com vista a ajustar a oferta à procura de água para satisfazer os múltiplos usos, sobretudo nas ilhas, onde as atividades agropecuárias são mais intensas.

Nos Quadros 6 a 27 apresenta-se a distribuição das atividades que permitem materializar os objetivos inerentes à gestão da escassez e da qualidade da água do programa de emergência. O orçamento definido para este eixo totaliza 315.000.000,00 CVE (ver Quadro 50 e Tabela 2 do Anexo III).

Este montante e as intervenções foram distribuídos por concelho, de acordo com os recursos financeiros disponíveis, tendo em conta as necessidades prioritárias consensualizadas com as Câmaras Municipais e as Delegações regionais do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) e reajustadas pelos serviços Centrais deste mesmo Ministério.

De seguida são elencadas as intervenções prioritárias previstas no âmbito da “Medida 2, Gestão da Escassez de Água”:

ILHA DE SANTO ANTÃO

Quadro 6: Atividades de gestão da escassez de água no Porto Novo

Atividade	Local
Reforço de adução e distribuição de água	
Abecamento dos animais;	(LDANAS/LDCM);
Reabilitação, manutenção, equipamento e instalação de painéis solares (3);	Lajedos FA- 76, Ribeira Brava / furo FA-100, Ribeira de Lejadinho-furo FA-18 (aerobombas);
Manutenção de captação (3);	Lagoa Catano, cípio Ribeira das Patas, A. Mira e Monte Trigo;

Manutenção de levada;	Algumas localidades do município;
Manutenção de cisternas comunitárias (2);	Planalto Norte;
Manutenção de sistemas de adução de água;	Chã de Branquinho Clementinho e covoadas;
Controlo de qualidade de água;	(LDANAS)
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de reservatório e da rede de adução;	Lajedos FA- 76;
Construção da casa de abrigo, reservatório e rede de adução;	Ribeira Brava / furo FA-100, Ribeira de Lejadinho-furo, FA-18 (aerobomba);
Adução de água e recuperação de um reservatório;	Lagoa catano, círio em ribeira das patas, Alto Mira e Monte trigo;
Construção de reservatório 50m3 e adução de água;	R ^a de Corujinha e chã de Galinheira;
Aquisição e colocação de Painéis solar;	Manuel Lopes FA – 51;
Instalação de 3 ha de terrenos com sistema de rega gota-a-gota;	Algumas localidades do município;
Melhoramento e Construção de Tampas em pedra seca;	Algumas localidades do município;
Recuperação, aquisição e colocação de painéis solar;	R. da Cruz - FA 98(2) e Martiene;
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez;	A nível de todo o conselho

Quadro 7: Atividades de gestão da escassez de água na Ribeira Grande

Reforço de adução e distribuição de água	
Manutenção de cisternas comunitárias para abeberamento;	Planalto Leste-R ^a Grande;
Controlo de qualidade de água;	(LDANAS)
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Equipamento de Furo (FA-123) (painéis, bomba, tubos e abrigos);	Lombo Santa - R ^a Grande;
Equipamento de Furo (FA-92) com Painéis Solares;	Ribeira Duque-R Grande;
Equipamento do Furo (FA-103), casa de abrigo e painéis solares;	Figueiral;
Furo (FA-107) - Abrigo, muro de proteção e painéis solares;	Hortas da Garça-R Grande;
Furo (FA-112) - Equipamento com Painéis Solares;	Caibros-R ^a Grande, fajã de Maurícia;
Adução de Água para Morro de Vento para abeberamento animal;	Planalto Leste-R ^a Grande;
Manutenção de Levadas, Captações e Muros;	Vale da Garça
Manutenção de Levadas e Captações;	Figueiras e R ^a Alta;
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez;	A nível de todo o município
Ações de Formação, Informação, Comunicação e Sensibilização	A nível de todo o município

Quadro 8: Atividades de gestão da escassez de água no Paul

Reforço de adução e distribuição de água	
Manutenção de cisternas comunitárias para abeberamento de animais;	Planalto Leste;
Recuperação e Manutenção de 02 Captações, 2 bebedouros, 2 reservatórios	Pêro Dias/P. Cruz;

Manutenção de Levada;	Figueiral, Cabo de Ribeira e Tabuleiro-Covão, Janela, Ribeira de Penedo, Lombo Comprido-Paul, Campo de Cão/ Seladinha, Rocha Grande/ Varzinha, Chã d' Erva/Dragoeiro
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de reservatório (150m3)	Pedra das Moças
Construção de Levada;	Canto de Mota-Janela, Figueiral;
Furo FA-119 para abeberamento de animais (Painéis, bomba, tubos, reservatórios e abrigo)	Ribeira de Zurinca;
Aquisição e colocação de painéis solares FA-101	Rocha Grande;
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez	A nível de todo o município.

Quadro 9: Atividades de gestão da escassez de água em São Vicente

Reforço de adução e distribuição de água;	Algumas localidades do município;
Transporte de água para animais;	LDCM;
Recuperação do furo SV39 para produção agrícola;	Ribeira de Vinha;
Reaproveitamento do furo SV37 para abastecimento pecuário;	Ribeira Julião;
Limpeza e manutenção de poços, aerobombas e reservatórios;	Algumas localidades do município
Bacias de retenção de água terra batida;	Ribeira de Vinha;
Subvenção de materiais e equipamentos de rega (2 ha);	LDCM
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de um depósito e um bebedouro;	Lameirão;
Construção de reservatório (1 - 20 m3);	LDCM
Manutenção do dique de grande porte (1)	Ribeira Julião;
Reabilitação dos furos FV 53, 54, e 50 para distribuição de água para gado com sistema de painéis solares;	Algumas localidades do município;
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez	A nível de todo o município.

ILHA DE S. NICOLAU

Quadro 10: Atividades de gestão da escassez de água na Ribeira Brava - São Nicolau

Reforço de adução e distribuição de água	
Reabilitação de Bebedouros;	Campo Porto, Chã de Norte, Chã de Penedo, Garcia;
Melhoramento dos Sistemas de Abastecimento de Água para Rega;	Morro Brás, Juncalinho, Ribeira João
Fornecimento de tubagens;	Lompelado (trás de Monte Cintinha) e Água dos Anjo;
Recuperação e Manutenção de galerias;	Fajã, água de torno, instância de Brás;
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de Bebedouros;	Jalunga, Preguiça;
Construção Reservatório (10 toneladas);	Belém ;
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez;	A nível de todo o município.

Quadro 11: Atividades de gestão da escassez de água no Tarrafal - São Nicolau

Reforço de adução e distribuição de água	
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Reabilitação de Bebedouros;	Praia Branca/Pedreira;
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de Bebedouros	Ribeira de Areia, Praia Branca; Entrada de Carbeirinho; Rabil; Barril; Cacimba; Monte;
Instalação Rede de Adução e Distribuição Água;	Hortelã - Ribeira de Faca;
Instalação Rede de Adução e Distribuição Água da Nascente de Odjo d'Água;	Praia Branca;
Aquisição de Boias	LDCM/LDANAS
<i>Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez</i>	A nível de todo o município.

ILHA DO SAL**Quadro 12: Atividades de gestão da escassez de água no Sal**

Reforço de adução e distribuição de água	
Disponibilização de água através do equipamento dos Furos, manutenção dos poços ou através de autotanques;	Espargos;
Reparação dos furos e poços; equipamentos de furos;	Terra Boa;
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Instalação de redes de distribuição de água, após o equipamento dos Furos;	Terra Boa;
Construção de Reservatórios	Terra Boa
<i>Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez</i>	A nível de todo o município.

ILHA DA BOAVISTA**Quadro 13: Atividades de gestão da escassez de água na Boavista**

Reforço de adução e distribuição de água	
Recuperação de reservatórios (3);	João Galego, Fundo das Figueiras;
Limpeza de poços (24);	Zona Norte, Bofareira, João Barrosa;
Proteção de poços (2);	João Galego;
Recuperação de fonte (2) e bebedouro (4);	Fonte Vicente, Santo António, Fogão, Morro de Amador;
Limpeza e recuperação de 1 fonte de Santa Rita	Povoação Velha;
Limpeza e proteção de fonte das furnas	Cabeça dos Tarrafes;
Limpeza de poço (3)	Beledita e Fonte Carqueja;
Limpeza de Fontes (3)	Povoação Velha;
Controlo de qualidade de água	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Equipamento de furo para uso agrícola;	Fundo das Figueiras
Construção de Reservatório (50 m³)	Povoação Velha
Aquisição de matérias e equipamentos para adução de água;	J. Galego, F. das Figueiras, C. dos Tarrafes, F. Carqueja, Morro Amador, Povoação Velha e Bofareira;
Construção de bebedouro	Água margosa- Povoação Velha
<i>Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez</i>	A nível de todo o município.

ILHA DO MAIO**Quadro 14: Atividades de gestão da escassez de água no Maio**

Reforço de adução e distribuição de água	
Reabilitação de Poço;	Barreiro
Limpeza de poço para abeberamento;	Santo António/Praia Gonçalo
Reparação de Dique;	Figueira Seca
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de bebedouros (5); Construção de reservatório (2);	Região Morro/ Porto Inglês; Morrinho; Cascabulho; Pedro Vaz; Barreiro; Calheta.
Equipamento de furos (4);	Morro; Ribeira D. João; Casas Velhas; Pilão Cão
<i>Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez.</i>	A nível de todo o município.

ILHA DE SANTIAGO**Quadro 15: Atividades de gestão da escassez de água na Praia**

Reforço de adução e distribuição de água	
Melhoria do sistema e distribuição de água (Adução de água reservatório parcelas);	Ribeira S. Filipe/ São Francisco/ São Martinho/Trindade;
Reabilitação de reservatórios;	Ribeira S. Filipe/ São Francisco/ São Martinho/Trindade;
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Reabilitação de poço (5)	Ribeira S. Filipe/ São Francisco
<i>Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez</i>	A nível de todo município
Gestão de conflitos de água para os múltiplos usuários;	A nível de todo município

Quadro 16: Atividades de gestão da escassez de água na Ribeira Grande - Santiago

Reforço de adução e distribuição de água	
Tubagem para mobilização de água - furos e nascentes incluindo valas e escavação;	Algumas localidades do município
Reabilitação de reservatórios;	Algumas localidades do município
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Equipamento de furo (P-62) com instalação de sistema elétrico na bombagem e adução ao reservatório – rega e gado	João Varela;
Construção de bebedouros;	Lapa Catchor e João Varela;
Aquisição de equipamentos e instalação do sistema para agricultura hidropónica;	LDCM
Aquisição e apoio técnico de montagem de equipamentos do sistema de rega gota-a-gota;	LDCM
Reabilitação de sistema de Convento e águas Verde: Intervenção nos dois nascentes mistos (aguas verde e convento). Convento – reabilitação das condutas e no reservatório minimizando as perdas. Aguas Verdes – substituição de troços e condutas;	Cidade de Santiago;
Reabilitação de diques de captação (3);	Santana, Pico Leão;
<i>Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez</i>	A nível de todo município

Quadro 17: Atividades de gestão da escassez de água em São Domingos

Reforço de adução e distribuição de água	
Melhoria do sistema e distribuição de água (Adução de água reservatório parcelas);	LDCM
Reabilitação de reservatórios;	Algumas localidades do município
Reparação de 1 camião cisterna;	Delegação MAA
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de reservatório (3);	Castelo Grande/Colonato;
Equipamento de poços;	Algumas localidades do município
Equipamento de furo com instalação de painel solar no sistema de bombagem e adução ao reservatório – rega e gado (5);	Castelo Grande/Colonato/ Rui Vaz/ Loura/Fontes Almeida/Cabeça de Horta;
Reabilitação de poço (25);	Ribeiras de S.D/N, S Luz;
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez;	A nível de todo o município

Quadro 18: Atividades de gestão da escassez de água em Santa Cruz

Reforço de adução e distribuição de água	
Reparação de autotanque para transporte de águas às localidades do interior do município;	LDCM
Transporte de água para gado às zonas de carências;	LDCM
Limpeza e reabilitação de poços;	Ribeira Seca Ribeira dos Picos, Cuma e Saltos
Reabilitação de reservatórios;	Ribeira Seca e Ribeira dos Picos
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Aquisição e instalação de material de rega localizada;	Ribeira Seca e Ribeira dos Picos;
Construção de diques de captação no leito das ribeiras;	Ribeira seca, Jaracunda;
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez;	A nível de todo o município

Quadro 19: Atividades de gestão da escassez de água em S. Lourenço do Órgãos

Reforço de adução e distribuição de água	
Limpeza e reabilitação de poços (18);	LDCM
Reabilitação de reservatórios (2);	Serrado e Montanha;
Reabilitação de reservatório e montagem de rede de adução e distribuição;	LDCM
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de um reservatório de 50 m3	Montanha
Aquisição de material para instalação de sistema de rega localizada	Algumas localidades do município
Instalação de 10.000 m de redes de adução e distribuição de água de rega	Algumas localidades do município
Instalação de 4 hectares rega gota-a-gota	Algumas localidades do município
Aquisição de material para instalação de sistema de rega localizada	Várzea Santana;
Fornecimento de fatores de produção	Algumas localidades do município
Eletrificação de furos com Sistema Solar	Algumas localidades do município
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez	A nível de todo o município

Quadro 20: Atividades de gestão da escassez de água em S. Salvador do Mundo

Reforço de adução e distribuição de água	
Disponibilização de água através de autotanques;	Algumas localidades do município
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Aquisição e instalação de redes distribuição de água;	Mato Fortes, Burbur, Manhanga, Picos Acima, Pata Brava, Jalalo Ramos;
Sistema gota-a-gota (Aquisição, instalação de materiais);	Algumas localidades do município
Reparação dos furos e poços; equipamentos de furos; manutenção; construção e reparação de reservatórios, poços e galeria;	Mato forte; Burbur, Manhanga; Rebelo Acima; Jalalo Ramos; Babosa; Pata Brava; Leitão Grande; Mato Limão e Faveta;
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez;	A nível de todo o município.

Quadro 21: Atividades de gestão da escassez de água em Santa Catarina - Santiago

Reforço de adução e distribuição de água	
Fomento da produção de espécies forrageiras com águas residuais tratadas;	Achada Galego;
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Reparação, manutenção e equipamentos de furos, poços, galerias e reservatórios;	Algumas localidades do município
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez.	A nível de todo o município

Quadro 22: Atividades de gestão da escassez de água em S. Miguel

Reforço de adução e distribuição de água	
Manutenção de reservatório (200 m³);	Carriçal;
Reabilitação de 8 cisternas Familiar	Variante, Pilão Cão;
Reabilitação de Reservatório (1-100m³);	Chã pa Riba;
Reabilitação de Reservatório (200m³);	A. Bolanha;
Reabilitação de Reservatório (30 m³);	Fonte Machado;
Controlo de qualidade de água.	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Conclusão de Empedramento de Poço (2);	Calhetona;
Aquisição de materiais e equipamentos de rega gota-a-gota (3 hectares)	Ribeira de Flamengos, Veneza, R ^a de São Miguel e R ^a de principal;
Aquisição de tubo (2000m PE 63mm);	Torril/Casa Branca - R ^a de S. Miguel, Calhetona, Flamengos-Chocalho, Flamengos-Chã Grande;
Aquisição de eletrobomba para poço; (1)	Calhetona;
Aquisição/Instalação de tubo Galvanizado - Adução (2- 200m);	Carriçal –Magimá;
Aquisição de tubo de adução (500m – PE 75mm);	Hortelã;
Manutenção de dique Captação (1)	Mato Dentro.
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez	A nível de todo o município

Quadro 23: Atividades de gestão da escassez de água em Tarrafal - Santiago

Reforço de adução e distribuição de água	
Limpeza e reabilitação de poços;	Achada Boi/Monte, covoadas; Fontão; Ponta Furna; Fazenda;
Disponibilização de água através de autotanques;	Achada Boi/Monte covoadas; Fontão; Ponta Furna; Fazenda
Reparação e manutenção dos sistemas de adução com desperdícios de água;	Biscainhos; Ribeira das Pratas; Ponta Furna; Mato Brasil; Ponta Ribeira;
Reparação de furos;	Portal; Ganchemba; Belém; Carreira; Poilão
Conversão da área irrigada por alagamento em área regada por micro – irrigação;	Portal; Ganchemba; Belém; Carreira; Poilão
Manutenção e reparação de reservatórios;	Portal; Ganchemba; Belém; Carreira; Poilão
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de bebedouros;	Achada Boi/Monte, covoadas; Fontão; Ponta Furna; Fazenda
Aquisição de rede de distribuição de água;	Biscainhos; Ribeira das Pratas; Ponta Furna; Mato Brasil; Ponta Ribeira
Equipamentos de furos;	Portal; Ganchemba; Belém; C. Carreira; Poilão
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez	
Promoção de novas técnicas e rega visando a poupança de água;	Biscainhos; R.ª das Pratas; Ponta Furna; Mato Brasil; Ponta Ribeira;
Redução de perdas água nas redes de rega;	Portal; Ganchemba; Belém; Carreira; Poilão;

ILHA DO FOGO**Quadro 24: Atividades de gestão da escassez de água em S. Filipe**

Reforço de adução e distribuição de água	
Água auto-transportada para localidades ainda não cobertas;	Zona Centro e Nordeste;
Reparação de cisternas familiares;	Algumas localidades do município
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de infraestrutura de mobilização de água para agricultura de regadio;	Zona Norte, Centro e Sul;
Construção da rede de adução de água	Ponta Verde cima
Construção e reparação de bebedouros	Zona Sul do Concelho
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez	
A nível de todo o município;	

Quadro 25: Atividades de gestão da escassez de água nos Mosteiros

Reforço de adução e distribuição de água	
Reabilitação do reservatório de Matinho e ligação de conduta para trazer água da nascente de Spia;	Cutelo Alto e Monte Barro
Subsidição de água para rega;	Algumas localidades do município
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez;	
A nível de todo o município;	

Quadro 26: Atividades de gestão da escassez de água em Santa Catarina - Fogo

Reforço de adução e distribuição de água	
Reparar infraestruturas de conservação de água (cisternas familiares) e pontos de abastecimento de gado;	Algumas localidades do município
Reparação/Construção de diques, muros de proteção nas zonas de Chã das Caldeiras, Estancia Roque, Mãe Joana, Baluarte, Tinteira, etc.	Algumas localidades do município
Reabilitação de reservatórios e espelhos de captação;	Algumas localidades do município
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez	
Campanha de sensibilização (programas radiofónicos e televisivos) para orientar os criadores no sentido de reduzir o efeito excedentário através de descarte e comercialização dos animais a bom preço antes de deixar para emagrecer.	A nível de todo o município;

ILHA DA BRAVA**Quadro 27: Atividades de gestão da escassez de água na Brava**

Reforço de adução e distribuição de água	
Reabilitação de Bebedouros;	Campo Porto; Chã de Norte; Chã de Penedo; Garcia;
Controlo de qualidade de água;	LDANAS
Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	
Construção de Bebedouros;	Jalunga; Preguiça;
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez.	
A nível de todo o município;	

5.3 Criação de Empregos para as Famílias Afetadas

Tendo em conta as consequências da seca e do mau ano agrícola, urge executar medidas adequadas de proteção de meios de existência² dando maior atenção às famílias economicamente mais vulneráveis (mulheres e jovens) através da criação de emprego e estratégias que evitem movimentos migratórios de campo para cidade em busca de novas formas de sobrevivência. No âmbito desta medida vão ser aplicados 405.000.000, 00 CVE (Ver Quadro 50 e Tabela 3 do Anexo III). As atividades identificadas neste êxito de intervenção estão discriminadas e distribuídas por ilhas e conselho conforme os Quadros 28 a 49 a seguir:

ILHA DE SANTO ANTÃO**Quadro 28: Atividades que geram emprego público no Porto Novo**

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Aquisição de equipamentos de transformação	LDCM
Feiras Agropecuárias, para facilitar o escoamento produtos	LDCM
Instalação de novas parcelas a famílias vulneráveis, com parcelas já despedregadas	LDCM
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água	Algumas localidades do município

²Conjunto de recursos naturais, económicos, sociais e culturais dos quais dependem a sobrevivência das populações.

Construção arretos	Algumas localidades do município
Construção socacos	Algumas localidades do município
Construção banquetas	Algumas localidades do município
Construção muro proteção	Algumas localidades do município
Acessibilidades e caminhos vicinais	Algumas localidades do município
Manutenção florestal	Algumas localidades do município
Manutenção e reparação infraestruturas hidráulicas (diques, poços, galerias)	Monte Trigo, Alto Mira, Planalto Norte, Planalto Leste, Lagoa;
Reparação de diques	Algumas localidades do município
Vedação de poços	Algumas localidades do município
Limpeza de Galerias	Algumas localidades do município
Manutenção de reservatórios	Algumas localidades do município
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis (caminhos florestais)	Algumas localidades do município
Construção de muros de proteção de habitações e de parcelas agrícolas	Faial, J. Bento - R ^a Bodes, P. Norte, . Chã de Norte, R ^a Corujinha, em R ^a Fria, R ^a Desembargadouro e Esmercela

Quadro 29: Atividades que geram emprego público em R^a Grande

Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água	Algumas localidades do município
- Construção arretos	Algumas localidades do município
- Construção socacos	Algumas localidades do município
- Construção banquetas	Algumas localidades do município
- Construção muro proteção	Algumas localidades do município
- Reparação de diques	Algumas localidades do município
- Vedação de poços	Algumas localidades do município
- Limpeza de Galerias	Algumas localidades do município
Acessibilidades e caminhos vicinais	Algumas localidades do município
Manutenção florestal	Algumas localidades do município
Manutenção e reparação infraestruturas hidráulicas (diques, poços, galerias)	M. Trigo, A. Mira, P. Norte e Leste e Lagoa;

Quadro 30: Atividades que geram emprego público no Paul

Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água;	Algumas localidades do município
Reparação de Levadas;	Algumas localidades do município
Acessibilidades e Caminhos Vicinais;	Algumas localidades do município
Manutenção e florestais;	Algumas localidades do município
Manutenção de estradas carroçáveis;	Algumas localidades do município
Manutenção de captações.	Algumas localidades do município

ILHA DE S. VICENTE

Quadro 31: Atividades que geram emprego público em São Vicente

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação);	LDCM
Atividades Geradoras Rendimentos	LDCM
Relançamento da atividade de agricultura de sequeiro e de regadio	
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Construção socacos;	Monte Verde
Construção muro proteção (200m);	Calhau/Madeiral
Vedação de poços;	R Vinha, Calhau
Manutenção/condução florestal (720 há);	R ^a Vinha, R ^a Julião, Calhau, Salamansa

ILHA DE SÃO NICOLAU

Quadro 32: Atividades que geram emprego público na Ribeira Brava

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação) (14);	Vale Fãja
AGRs	
1. Fabrico Artesanal de Doces (4);	Vale Fãja
2. Fabrico Artesanal de Compotas (4);	Queimadas
3. Fabrico Artesanal de Sumos Naturais (4);	Carvoeiro/Estância de Brás
Fabrico Artesanal de Queijo (2);	Cachaço
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água;	
Construção arretos (250m);	Vale Ribeira Brava;
Construção socacos (250m);	Vale Ribeira Brava;
Construção banquetas (200m);	Vale Ribeira Brava;
Construção muro proteção (2);	Vale Ribeira Brava;
Acessibilidades e caminhos vicinais (6) ;	Chã de Barata/Estrada Principal; Sangala/Lisboa Furado; Campinho/Mato Campinho; Morro Bras/Estrada; Gombeza/Assomada; Tucudo/Cruz;
Manutenção florestal (4 ha);	Monte Gordo;
Reparação de diques (de captação)(3);	Ribeira João; Água dos Anjos; Lompelado/Monte Cintinha;
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis (caminhos florestais)(4).	Monte Gordo;

Quadro 33: Atividades que geram emprego público no Tarrafal

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação) (10);	Fragata;
AGRs	
Fabrico Artesanal de Doces;	Fragata;
Fabrico Artesanal de Doces;	Hortelã;
Fabrico Artesanal de Compotas;	Praia Branca;
Fabrico Artesanal de Sumos Naturais;	Fragata;
Relançamento da atividade de agricultura de sequeiro e de regadio	
Instalação de pomares;	LDCM
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Acessibilidades e caminhos vicinais (4);	Hortelã/Espigão; Ribeira Calhau/Carriço; Praia Branca/Odjo de Água; Cabeçalinho/Fontainhas;
Manutenção florestal (1);	Monte Gordo;
Reparação de diques;	Algumas localidades do município
Vedação de poços;	Algumas localidades do município
Limpeza de Galerias;	Algumas localidades do município
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis (caminhos florestais);	Algumas localidades do município

ILHA DO SAL

Quadro 34: Atividades que geram emprego público no Sal

Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água;	
Construção arretos;	Algumas localidades do município
Construção socacos;	Algumas localidades do município
Construção banquetas;	Algumas localidades do município
Construção muro proteção;	Algumas localidades do município
Acessibilidades e caminhos vicinais;	Algumas localidades do município
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis (caminhos florestais) florestais);	Algumas localidades do município

ILHA DA BOA VISTA**Quadro 35: Atividades que geram emprego público na Boavista**

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipar a queijaria e entregar à Associação) e promover a gastronomia local (Chacina) (1);	Norte e Sul;
Incentivar/promover a agregação de valor em cucurbitáceas (1);	Norte e Sul;
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água;	Algumas localidades do município
Construção de fornos para produção de carvão (3);	Norte e Clotilde;
Acessibilidades e caminhos vicinais;	Algumas localidades do município
Manutenção florestal;	Algumas localidades do município
Manutenção e reparação infraestruturas hidráulicas (diques, poços, galerias);	Algumas localidades do município
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis;	Algumas localidades do município

ILHA DO MAIO**Quadro 36: Atividades que geram emprego público no Maio**

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação) (1)	LDCM
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Construção arretos (1);	Calheta, Morrinho e Cascabulho;
Construção socacos;	Algumas localidades do município
Construção banquetas (1);	Cascabulho, Pedro Vaz e Alcatraz;
Construção muro proteção;	Algumas localidades do município
Construção de caldeiras reforçadas (1);	Morrinho, Cascab., P. Vaz e Alcatraz;
Acessibilidades e caminhos vicinais ;	Algumas localidades do município;
Manutenção florestal (1);	Calheta, Morrinho e Cascabulho;
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis (1);	Calheta, Morrinho e Cascabulho;

ILHA DE SANTIAGO**Quadro 37: Atividades que geram emprego público na Ribeira Grande**

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação);	LDCM
AGRs	
Aquisição de equipamento de transformação de frutas e legumes;	LDCM
Aquisição de kits de beneficiação de produtos hortícola e frutícolas;	LDCM
Formação em beneficiamento de frutas e legumes;	A nível de todo o município
Relançamento da atividade de agricultura de sequeiro e de regadio	
Instalação de pomares;	LDCM
Produção e disponibilização de hortícolas;	Algumas localidades do município;
Produção e disponibilização de fruteiras;	Algumas localidades do município.
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água;	

Construção arretos, socacos, banquetas e muros de proteção;	Algumas localidades do município
Acessibilidades e caminhos vicinais;	Algumas localidades do município
Manutenção florestal;	Algumas localidades do município
Reparação de diques;	SJB;
Vedação de poços;	Algumas localidades do município
Limpeza de Galerias;	SJB, R ^a CV, Mos
Limpeza e reparação de poços;	SJB, R ^a CV, Mos, S Martinho

Quadro 38: Atividades que geram emprego público na Praia

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
AGRs	
Aquisição de equipamento de transformação de frutas;	LDCM
Aquisição de kits de beneficiação de produtos hortícolas e frutícolas;	LDCM
Aquisição de equipamento para produção de queijo;	LDCM
Formação em produção de queijo;	A nível de todo o município;
Formação em beneficiamento de frutas e legumes;	A nível de todo o município;
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Construção arretos;	Praia Rural, Caiada, Trindade, Palmarejo Grande, R ^a S. Filipe, encostas;
Construção socacos, banquetas e muros de proteção;	Algumas localidades do município
Manutenção florestal;	Algumas localidades do município
Reparação de diques;	Algumas localidades do município
Vedação e limpeza de poços;	Algumas localidades do município

Quadro 39: Atividades que geram emprego público em S. Domingos

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
AGRs	
Aquisição de equipamento de transformação de frutas e legumes;	LDCM
Aquisição de kits de beneficiação de produtos hortícola e frutícolas;	LDCM
Aquisição de equipamento para produção de queijo;	LDCM
Formação em produção de queijo;	A nível de todo o município;
Formação em beneficiamento de frutas e legumes;	A nível de todo o município
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água;	
Construção arretos;	Perímetro florestal do Município;
Construção socacos;	Zonas do Regadio do Município;
Construção banquetas;	Perímetro florestal do Município;
Construção muro proteção;	Algumas localidades do município
Acessibilidades e caminhos vicinais;	Rui Vaz/S. Domingos;
Manutenção florestal;	Rui Vaz/S. Domingos;
Manutenção e reparação infraestruturas hidráulicas (diques, poços, galerias);	Algumas localidades do município
Reparação de diques;	R ^a de S. Domingos/Praia Formosa;
Vedação de poços;	R ^a de S. Domingos;
Limpeza de Galerias;	R ^a de S. Domingos;
Limpeza de poços;	Algumas localidades do município
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis (caminhos florestais);	Algumas localidades do município
Construção de muros de proteção (habitações);	Algumas localidades do município

Quadro 40: Atividades que geram emprego público em Santa Cruz

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação);	LDCM
AGRs	
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos água;	
Construção arretos (2857), socacos (1250), banquetas (3333.3)	Algumas localidades do município
Construção de muro proteção (1250);	Algumas localidades do município
Limpeza de poços e galerias;	Algumas localidades do município
Construção/reparação de diques (1000);	Algumas localidades do município
Acessibilidades e caminhos vicinais;	Algumas localidades do município
Manutenção florestal;	Algumas localidades do município
Reparações infraestruturas hidráulicas (diques, poços, galerias);	Algumas localidades do município
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis	Algumas localidades do município

Quadro 41: Atividades que geram emprego público em S. Lourenço do Órgãos

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação);	João Teves, São Jorge, Pico Antonia;
AGRs	
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Construção arretos, socacos e banquetas;	Algumas localidades do município
Limpeza e cobertura de poços (10);	Algumas localidades do município
Construção/reparação de diques (500);	Algumas localidades do município
Construção e reparação de caminhos vicinais (500);	Algumas localidades do município
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis (1000)	Algumas localidades do município
Construção de reservatório (50m³)	Montanha

Quadro 42: Atividades que geram emprego público em S. Salvador do Mundo

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação)	LDCM
AGRs	
Criação de Suínos e Galinhas poedeiras	LDCM/ Delegação
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Construção arretos (3370);	Picos Acima, P. Freire e C. Grande,
Reparação de diques (11);	Picos Acima, P. Freire e C. Grande;
Vedação de poços;	Algumas localidades do município
Limpeza de Galerias (1);	Manhanga;
Melhorias na nascente e construção pequenos. Reservatórios (1);	Mato fortes, Burbur, Manhanga, Picos Acima, Pata Brava, Jalalo Ramos;
Reabilitação de reservatório (100m³);	Faveta;
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis - caminhos florestais	S. Salvador do Mundo;
Construção de muros de proteção (habitações);	Algumas localidades do município

Quadro 43: Atividades que geram emprego público em Santa Catarina - Santiago

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação);	LDCM
AGRs	
Criação de suínos e galinhas poedeiras (1);	LDCM
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos água;	
Construção arretos (2000);	Entre Picos de Reda;
Construção banquetas (150000);	Rincão, J. Bernardo, A. Leite, A. Ponta, F. das Naus, Charco;
Construção muro proteção (1729.07);	Engenhos, Sedeguma, M. Sanches e B. Entrada;
Acessibilidades e caminhos vicinais;	Algumas localidades do município
Manutenção florestal;	Serra Malagueta;
Manutenção e reparação infraestruturas hidráulicas (diques, poços, galerias) (1);	Algumas localidades do município
Limpeza de Galerias;	Mato Sanches;
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis - caminhos florestais (1);	Algumas localidades do município
Construção de muros de proteção (habitações);	Algumas localidades do município

Quadro 44: Atividades que geram emprego público em. São Miguel

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação);	LDCM
AGRs	
Construção de um reservatório (100 m³);	São Miguel/Espinho Branco
Aquisição de enfardadeira e rega;	LDCM
Aquisição de fruteiras;	Ribeireta de gongon
Produção de carvão e aquisição de materiais/ Formação	Canto grande
Construção e reabilitação de bebedouros nas zonas de pastoreio	Monte bobe/manguinho
Formação para confeção de doces	Gongon/hortelao
Relançamento da atividade de agricultura de sequeiro e de regadio	
Manutenção de dique de captação (1);	Mato dentro
Empedramento de poços (2);	Calhetona
Manutenção de um reservatório (300 m³);	Carriçal
Manutenção de cisternas familiares (8);	Variante e Pilão Cão
Manutenção de reservatórios (3);	Fonte Machado, Cha pa riba
Aquisição de tubos (1500m -PE63m);	Flamengo, Cocalho, Turril
Aquisição de eletrobomba (1);	Calhetona
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água;	
Construção arretos (100);	Principal e Jaquetao
Construção muro proteção (1);	Lém Sanches e machado
Acessibilidades e caminhos vicinais (1);	Algumas localidades do município
Manutenção florestal;	Algumas localidades do município
Manutenção e reparação infraestruturas hidráulicas (diques, poços, galerias).	Algumas localidades do município

Quadro 45: Atividades que geram emprego público no Tarrafal - Santiago

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação)	LDCM
AGR:	
Aquisição de enfardadeira (5);	Algumas localidades do município
Implementação de AGR, produção de carvão (3);	Algumas localidades do município
Construção de curral e pocilgas (11);	Algumas localidades do município
Formação na área de conservação e Gestão de Pastos;	Colonato
AGR's para venda e revenda de produtos agrícolas	Algumas localidades do município
Construção de cisternas familiares (10);	Algumas localidades do município
Recolha e produção de sementes e plantas forrageiras (1)	Algumas localidades do município
Criação de Banco de Germoplasma (1);	Colonato
Relançamento da atividade de agricultura de sequeiro e de regadio	
Substituição de acácias nas parcelas de regadio, por plantas fruteiras,	Algumas localidades do município
Aquisição de motobomba,	Algumas localidades do município
Aquisição de materiais para rega gota-a-gota,	Algumas localidades do município
Reparação do muro de vedação, no furo FT 29 em Chão Bom	Algumas localidades do município
Aquisição de plantas fruteiras e de coqueiros.	Algumas localidades do município
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água	
Construção de arretos (1000), socalcos (10000) e muro de proteção (1)	Algumas localidades do município
Acessibilidade e caminhos vicinais;	Algumas localidades do município
Manutenção florestal (1);	Algumas localidades do município
Reparação de diques (10);	Algumas localidades do município
Vedação de poços (2);	Algumas localidades do município
Limpeza de Galerias; (4);	Algumas localidades do município
Abertura / manutenção de estradas carroçáveis (1000)	Algumas localidades do município
Manutenção de trilhos (1000);	Algumas localidades do município

ILHA DO FOGO**Quadro 46: Atividades que geram emprego público em S. Filipe**

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação)	LDCM
AGRs	
Suicultura (8);	LDCM/Delegação MAA
Cunicultura	LDCM/Delegação MAA
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água	
Construção arretos;	Algumas localidades do município
Construção socalcos (1500m);	Zonas altas do Mosteiro
Construção banquetas (22000m);	Monte Verde;
Construção muro proteção (70.3m);	Monte Verde;
Acessibilidades e caminhos vicinais (4000 m);	Miguel Gonçalves, Djeu de Pena, Genebra, Jardim e Saltos;
Construção de caldeiras (6000m);	Monte Velha;
Manutenção florestal	Mte Grande, Mte Largo e Mte Verde;

Reparação de poços;	Algumas localidades do município
Reparação de diques (80);	Zonas altas do Mosteiros;
Limpeza de Galerias (2);	Coxo e Pai António;
Abertura/manutenção de estradas florestais (4921m);	Monte Velha;
Construção de muros de proteção (habitações)	Algumas localidades do município

Quadro 47: Atividades que geram emprego público nos Mosteiros

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação)	LDCM
AGRs	
Suicultura;	LDCM/Delegação MAA
Relançamento da atividade de agricultura de sequeiro e de regadio	
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
Conservação de solos e água:	
Construção socalcos (100), banquetas (10000) e muro proteção (1)	Algumas localidades do município
Acessibilidades e caminhos vicinais	Algumas localidades do município
Manutenção florestal (1),	Algumas localidades do município
Reparação de diques (10);	Algumas localidades do município
Vedação de poços (2);	Algumas localidades do município
Limpeza de Galeria (4)	Algumas localidades do município
Manutenção de trilhos (10000);	Algumas localidades do município
Abertura/manutenção de estradas carroçáveis (caminhos florestais) (10000);	Algumas localidades do município

Quadro 48: Atividades que geram emprego público em Santa Catarina - Fogo

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação)	LDCM
AGRs	
Suicultura (6);	LDCM/Delegação MAA
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
- Construção arretos (4148,571429);	Algumas localidades do município
- Construção banquetas (14000);	Monte Estância Roque
- Acessibilidades e caminhos vicinais (1500);	Curral de Asnos a Estância Roque
- Manutenção florestal (35);	Estância Roque
- Reparação de diques (280);	Algumas localidades do município
- Limpeza de Galerias (1);	Algumas localidades do município
Construção de muros de proteção (habitações) (120).	Cova Figueira

ILHA DA BRAVA**Quadro 49: Atividades que geram emprego público na Brava**

Atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	
Valorização agroalimentar (equipamentos de transformação)	LDCM
AGRs	
Relançamento da atividade de agricultura de sequeiro e de regadio	
Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	
- Construção arretos	Algumas localidades do município
Acessibilidades e caminhos vicinais	Algumas localidades do município
Manutenção florestal	Algumas localidades do município
- Reparação de diques	Algumas localidades do município
Construção de muros de proteção (habitações)	Algumas localidades do município

6. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

Dada a complexidade, interdisciplinaridade e urgência das ações a implementar do quadro do Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola, a estratégia de intervenção baseia-se nos seguintes eixos:

- Criação de uma Equipa Técnica de Pilotagem (ETP) permanente por resolução do Conselho de Ministros, visando a coordenação de todas as operações de emergência, que assegura a boa articulação institucional e sinergia entre as partes envolvidas.
- A ETP será constituída por técnicos das instituições nucleares para a gestão da crise: DGASP-MAA, ANAS-MAA, DGPOG-MAA, ANMCV, Plataforma de ONG, DGP-MF, DGC-MNEC, DGFIS-MEFIS e Câmaras de Comércio.
- Forte articulação institucional com as Câmaras Municipais, que têm a responsabilidade de realização de todas as atividades geradoras de rendimento e seguimento e avaliação do programa nos concelhos.
- Forte articulação institucional com a FAO e outras agências especializadas, de forma a assegurar a assistência técnica necessária à boa realização do programa.
- Participação efetiva de todas as partes interessadas, designadamente dos beneficiários e suas organizações / representações, das estruturas da Administração Central com responsabilidades no setor, das autarquias locais, do setor empresarial e das organizações da sociedade civil, de modo a assegurar a devida apropriação das ações e sua integração numa abordagem holística e pragmática.
- Faseamento das ações de acordo com a natureza e urgência das intervenções. Preconizam-se três fases a saber: i) fase de planeamento operacional (1-2 meses) de informação e comunicação, socialização e programação das medidas de mitigação, bem como constituição de equipas e procedimentos de intervenção a todos os níveis, ii) fase implementação (12-14 meses) das medidas emergenciais e de preparação do novo ano agrícola de 2018/2019 iii) fase final (2 meses) para avaliação das intervenções e relatório final.
- Abordagem territorializada das intervenções, tendo em consideração especificidade de cada ilha/concelho/localidade, nomeadamente em termos de população afetada, atividades dominantes, grau de emergência, recursos necessários e disponíveis.
- Campanhas de informação, comunicação, sensibilização, no terreno através de meios de comunicação social, de modo a assegurar o forte engajamento de todos os beneficiários e parceiros. Em termos específicos, deve-se colocar maior foco nos agricultores e criadores de gado como segmento-alvo primário. As principais mensagens a dar conteúdo são:
 - A seca acontece e pode voltar, mas o país (poderes públicos e a sociedade) vai sempre resolver as suas consequências – princípio de mitigação e resiliência;
 - É preciso diminuir o efetivo animal, ou seja, vender algumas cabeças para se poder salvar o resto. Os técnicos do MAA podem aconselhar os criadores na escolha dos animais para descarte;
 - A participação em feiras do gado permite programar e organizar melhor a venda dos animais e, sobretudo, evita a redução drástica do preço (venda ao desbarato) e a propagação de doenças;
 - Os alimentos para o salvamento do gado não são doados, mas sim vendidos. O Estado ajuda no seu fabrico ou importação, na sua distribuição pelo país e na sua aquisição pelos criadores (isenção de impostos e taxas, subsídios ou bonificação do microcrédito);
 - É fundamental tratar os animais contra caracças ou carrapato (“carapate” em crioulo) e outras doenças parasitárias. Caso contrário, perdem peso rapidamente e podem morrer;
 - A água deve ser sempre poupada. Num ano de seca, a necessidade de poupança de água é ainda maior e exige uma atitude responsável de todos;
 - A irrigação gota-a-gota e opção por culturas mais rentáveis e que consomem menos água são as melhores estratégias de poupança de água;
 - Para a poupança de água, os calendários de rega são ajustados pelas autoridades e não vai ser permitida a instalação de novas parcelas irrigadas;
 - Num ano de seca como este, devem ser equipados os furos sem equipamentos de bombagem. Mas, não se vai realizar novas perfurações, pois a reserva de água subterrânea é bastante reduzida.
 - O Estado criou uma linha de crédito facilitado para ajudar os agricultores e criadores na compra de materiais e equipamentos de rega gota-a-gota e na compra de alimentos e medicamentos para o gado. Trata-se de empréstimos rápidos (dados em 48 horas), sem juros e com períodos de carência maiores. Os agricultores e criadores interessados devem contactar a instituição de microfinanças próxima da sua comunidade.

7. ORÇAMENTO

O Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola (PEMSMAA) tem um orçamento previsto de 1.107.093.783,75 (um bilhão, cento e sete milhões, noventa e três mil, setecentos e oitenta e três escudos e setenta e cinco centavos), acrescidos do IVA – (ver o Quadro 50). Este montante é superior ao orçamentado no primeiro documento do PEMSMAA, devido a ajustes introduzidos sobretudo na Medida 1, relativa ao salvamento do gado.

Quadro 50: orçamento para implementação das medidas

MEDIDAS	Ações	ECV
I. Salvamento do Gado	Otimização do efetivo animal conforme recursos forrageiros disponíveis	5.000.000,00
	Melhoria do estado sanitário dos animais	25.000.000,00
	Reforço do sistema de alimentação animal	278.155.721,25
	Melhoria da disponibilidade de água para abeberamento animal	20.000.000,00
	Reforço da capacidade de resposta das estruturas centrais	10.000.000,00
	Subsidio Transporte inter-ilhas dos alimentos para o gado	48.938.062,50
	Total	387.093.783,75
II. Gestão da escassez de água	Reforço de adução e distribuição de água	110.000.000,00
	Aumento da disponibilidade de água (infraestruturação hidroagrícola)	200.000.000,00
	Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez	5.000.000,00
	Total	315.000.000,00
III. Criação de empregos para as famílias afetadas	Criações de atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	95.000.000,00
	Relançamento da atividade de agricultura de sequeiro e de regadio	50.000.000,00
	Promoção de empregos locais para as famílias mais afetadas	260.000.000,00
	Total	405.000.000,00
	TOTAL GERAL	1.107.093.783,75

Obs: As medidas 1 e 2 apresentadas no Quadro 1 são medidas de mitigação da seca e do mau ano, sendo a medida 3, uma medida adicional que visa a geração de empregos, tendo como grupos alvos privilegiados as mulheres chefes de famílias e os jovens desempregados no meio rural.

Quadro 51: Distribuição do Orçamento por Medidas e por Ilha

Ilha	Município	Medida 1: Salvamento do gado	Medida 2: Gestão dos rec. hídricos	Medida 3: Criação de emprego	Total por Município/ Ilha
Santo Antão	Porto Novo	22.920.840,00	31.653.884,00	25.515.000,00	80.089.724,00
	R ^a Grande -SA	8.689.627,00	33.097.000,00	25.110.000,00	66.896.627,00
	Paul	3.528.784,00	22.887.858,00	8.100.000,00	34.516.642,00
	Total	35.139.251,00	87.638.742,00	58.725.000,00	181.502.993,00
São Vicente	Total	7.129.399,00	14.755.000,00	11.745.000,00	33.629.399,00
São Nicolau	R ^a Brava	9.072.735,00	6.228.850,00	12.555.000,00	27.856.585,00
	Tarrafal-SN	5.981.537,00	5.100.000,00	8.910.000,00	19.991.537,00
	Total	15.054.272,00	11.328.850,00	21.465.000,00	47.848.122,00
Sal	Total	2.479.225,25	5.050.000,00	3.240.000,00	10.769.225,25
Boavista	Total	12.918.693,00	9.034.674,00	2.835.000,00	24.788.367,00
Maio	Total	22.718.633,00	9.399.140,00	8.910.000,00	41.027.773,00
Santiago	Ribeira Grande -ST	16.211.985,00	15.291.105,00	10.530.000,00	42.033.090,00
	Praia	15.005.845,00	6.200.000,00	25.515.000,00	46.720.845,00
	São Domingos	25.801.053,00	27.849.490,00	19.440.000,00	73.090.543,00
	Sta. Cruz	23.705.075,00	20.400.000,00	29.970.000,00	74.075.075,00
	São Lourenço	9.651.565,00	27.000.000,00	10.935.000,00	47.586.565,00
	São Salvador	11.035.117,00	13.573.000,00	13.365.000,00	37.973.117,00
	Sta. Catarina-ST	38.493.892,00	15.400.000,00	56.700.000,00	110.593.892,00
	São Miguel	17.562.637,00	7.329.999,00	26.730.000,00	51.622.636,00
	Tarrafal-ST	21.705.617,00	13.450.000,00	33.210.000,00	68.365.617,00
	Total	179.172.786,00	146.493.594,00	226.395.000,00	552.061.380,00
Fogo	São Filipe	24.684.841,00	18.300.000,00	37.665.000,00	80.649.841,00
	Mosteiros	8.770.062,00	4.200.000,00	14.580.000,00	27.550.062,00
	Sta. Catarina-FG	11.572.050,00	6.900.000,00	9.720.000,00	28.192.050,00
	Total	45.026.953,00	29.400.000,00	61.965.000,00	136.391.953,00
Brava	Total	18.516.509,00	1.900.000,00	9.720.000,00	30.136.509,00
Co-subsídio de transporte inter-ilhas dos alimentos para o gado		48.938.062,50	-----	-----	48.938.062,50
Total Nacional		387.093.783,75	315.000.000,00	405.000.000,00	1.107.093.783,75

A distribuição do orçamento por medidas, por ilha e por município para implementar as atividades de mitigação da seca e do mau ano agrícola apresenta-se no Quadro 51 na página seguinte.

O Programa será financiado pelo Governo de Cabo Verde e seus parceiros de desenvolvimento bilaterais e internacionais.

A gestão dos fundos será feita de acordo com as exigências de cada financiador. No caso das ajudas orçamentais, estas serão geridas pelo Ministério das Finanças, através do sistema SIGOF, mas com a devida celeridade que este processo exige.

Para além do financiamento direto das ações no terreno, o Governo através das IMF's (Instituições de microfinanças), com comprovada capacidade instalada, financiará uma linha de crédito específica de 50.000.000,00 ECV (cinquenta milhões de escudos), numa primeira fase, para beneficiar os agricultores/criadores das unidades de exploração familiares. Este crédito será isento de juros, incluindo sobre as moratórias, devendo o mutuário pagar apenas o custo do crédito no valor correspondente a 4% do montante concedido. O utente beneficiará ainda de uma moratória de 3- 6 meses para investimentos na agricultura, (aquisição de equipamentos para a rega gota-a-gota) e de 6-12 meses para investimentos na atividade pecuária, devendo o desembolso ser feito pelas IMF's num prazo de 48 horas, sobre a data de apresentação dos pedidos de crédito. Para o acompanhamento da aplicação do fundo disponibilizado, será criado, um Grupo de Pilotagem, constituído por um representante do Ministério das Finanças, um representante do Ministério da Agricultura e Ambiente e um representante da Associação Profissional das instituições de microfinanças de Cabo Verde – APIMF-CV.

As ONG's enquanto estruturas de apoio e que trabalham mais de perto com as famílias, principalmente as mais afetadas, contribuirão igualmente no financiamento do programa, , sobretudo, na: (i) Sensibilização e aconselhamento da população afetada; (ii) Realização de campanhas, incluindo a de desparasitação e vacinação do efetivo pecuário; (iii) Avaliação da situação, socio-económico, alimentar e nutricional das famílias; (iv) Assistência social às famílias, caso houver necessidade, sem prejuízo às respetivas agendas de trabalho. Para isso será criada uma Comissão "Ad'oc" de carácter consultivo, para facilitar a articulação no terreno, formado por um Representante do Governo (Delegado do Ministério da

Agricultura e Ambiente do Concelho), um Representante da Câmara Municipal (Vereador para assuntos sociais ou técnico social da Câmara) e o Presidente da CRP. Esta comissão reunirá quinzenalmente para avaliação da implementação do plano e tomada de decisões e estes poderão fazer-se acompanhar, de um técnico da área, durante a discussão de assuntos específicos, caso houver necessidade.

8. CRONOGRAMA

O cronograma para execução das atividades de mitigação da seca e do mau ano agrícola apresenta-se no cronograma a seguir.

Cronograma da implementação das medidas

	Meses																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	11	12	13	14	15	16	17	18	
FASE DE PLANEAMENTO OPERACIONAL (1-2 meses)																		
Constituição da equipa																		
Informação e comunicação, socialização																		
FASE IMPLEMENTAÇÃO (12-14 meses)																		
Salvamento do Gado																		
Otimização do efetivo animal em função dos recursos forrageiros disponíveis																		
Melhoria do estado sanitário dos animais																		
Reforço do sistema de alimentação animal																		
Melhoria da disponibilidade de água para abeberamento animal nas zonas de pastoreio																		
Reforço da capacidade de resposta das estruturas centrais e locais face a situação de seca																		
Gestão da escassez de água																		
Reforço de adução e distribuição de água																		
Aumento da disponibilidade de água para a agricultura																		
Criação de normativas específica para uso de água em situação de escassez																		
Criação de empregos para as famílias afetadas																		
Criação de atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário																		
Promoção de empregos locais para garantir o rendimento às famílias mais afetadas																		
FASE FINAL (2 meses)																		

Obs: As medidas 1 e 2 apresentadas no Quadro 25 são medidas de mitigação da seca e do mau ano, sendo a medida 3, uma medida adicional que visa a geração de empregos, tendo como grupos alvos privilegiados as mulheres chefes de famílias e os jovens desempregados no meio rural.

9. ANEXOS

ANEXO I

PLUVIOMETRIA REGISTADA

Tabela 1: Registos pluviométricos de julho a agosto de 2017

Iha	Localidade	Julho			Agosto			Setembro			Outubro		
		1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Santiago	Achada Longueira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	156,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Achada Moerão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	104,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Babosa	7,2	1,2	17,3	0,0	5,2	173,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Escola Agropecuária	6,0	0,0	23,5	0,0	0,0	121,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Ribeirinha	0,0	0,0	12,0	3,1	0,0	130,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	S. Domingos	0,0	0,0	7,1	4,8	3,4	92,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	S. Francisco	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	103,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	S. Jorge Órgãos	4,5	0,0	18,9	4,1	0,5	140,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Várzea Santana	5,5	0,0	21,0	0,0	0,0	96,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Iha	Localidade	Julho			Agosto			Setembro			Outubro		
		1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Santo Antão	Aguas Caldeiras	0,0	0,0	0,0	3,1	0,0	159,6	4,5	0,0	20,6	0,0	0,0	0,0
	Boca Coruja	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	83,0	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0
	Chã de Arroz	0,0	0,0	1,1	25,7	0,0	113,5	0,0	0,0	14,5	0,0	0,0	0,0
	Fajã Dom. Benta	0,0	0,0	0,0	13,0	0,0	132,9	3,0	0,0	22,5	0,0	0,0	0,0
	Lombo Santa	0,0	0,0	1,2	2,4	0,0	64,6	0,0	0,0	7,5	0,0	0,0	0,0
	Passagem	0,0	0,0	2,0	31,2	0,0	191,2	15,1	0,0	34,0	0,0	0,0	0,0
	Pinhão	0,0	0,0	1,5	27,4	0,0	116,5	5,2	0,0	16,0	0,0	0,0	0,0
Fogo	Cocho	0,0	12,0	18,0	37,0	0,0	83,0	0,0	0,0	8,0	0,0	0,0	0,0
	Galinheiro	0,0	0,0	0,0	9,0	7,0	169,0	0,0	0,0	12,0	0,0	0,0	0,0
	Monte Barro	0,0	2,0	59,0	13,0	0,0	54,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Mosteiros	0,0	0,0	30,0	0,0	0,0	36,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Pau Cortado	0,0	10,0	22,0	37,0	0,0	71,0	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0
	Ponta Verde	0,0	0,0	0,0	15,0	11,0	280,0	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0
	Ribeira Ilhéu	0,0	0,0	0,0	15,0	0,0	140,0	0,0	0,0	16,0	0,0	0,0	0,0
S. Nicolau	Caleijão Posto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Canto Fajã	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	84,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Fajã Posto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	52,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Brava	Cachaço	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	93,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Campo Baixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	81,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Nova Sintra	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	57,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Maio	Centro Zootécnico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	26,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Vila	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	23,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: INMG -MAA

ANEXO II

DADOS E INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Tabela 1. Estimativa da população por fase – Situação projetada: junho a agosto 2017 & estimativa das famílias agrícolas vulneráveis – situação projetada: junho a agosto 2017

2º Nível Administrativo	3º Nível Administrativo	População total	SITUAÇÃO PROJETADA			Agregado Familiar agrícola	População Agrícola	SITUAÇÃO PROJETADA		
			% de famílias afetadas por cada fase					População vulnerável	% da População agrícola vulnerável	Família agrícola vulnerável
			junho - agosto 2017							
			F1	F2	F3					
S. Antao	Ribeira Grande	16347	82%	15%	3%	2341	10066	1510	8	351
	Porto Novo	17188	81%	16%	3%	2230	9589	1534	9	357
	Paul	5789	86%	13%	1%	890	3827	498	3	116
S. Vicente	S. Vicente	82680	90%	10%	0%	1644	7069	707	4	164
S. Nicolau	Ribeira Brava	7035	85%	15%	0%	1188	5108	766	4	178
	Tarrafal	5225	83%	17%	0%	738	3173	539	3	125
Sal	Sal	36769	92%	8%	0%	535	2301	184	1	43
Boavista	BOA VISTA	16621	92%	8%	0%	486	2090	167	1	39
Maio	Maio	7.111	83%	15%	2%	836	3595	539	3	125
Santiago	PRAIA	159.047	90%	9%	1%	3963	17041	1534	9	357
	R: G SANTIAGO	8.461	87%	11%	2%	1335	5741	631	4	147
	S. DOMINGOS	14.103	88%	12%	0%	2288	9838	1181	7	275
	STA CRUZ	26.190	89%	11%	0%	3837	16499	1815	10	422
	S. L. ÓGÃOS	7.033	88%	12%	0%	1290	5547	666	4	155
	S. S. MUNDO	8.631	88%	12%	0%	1545	6644	797	4	185
	Tarrafal	18217	84%	16%	0%	2924	12573	2012	11	468
	Santa Catarina	45.922	84%	14%	2%	5693	24480	3427	19	797
	São Miguel	14.299	83%	15%	2%	2487	10694	1604	9	373
Fogo	São Filipe	20.852	82%	17%	1%	3102	13339	2268	13	527
	Mosteiros	9.310	84%	15%	1%	1370	5891	884	5	206
	Santa Catarina	5.254	82%	16%	2%	857	3685	590	3	137
Brava	Brava	5.579	84%	15%	1%	891	3831	575	3	134
Total de Cabo Verde		537.663				31582	135803	17982	100	4182

Tabela 2: Descrição das fases de classificação da severidade

Fase 1: Mínimo (Em situação de Segurança Alimentar)	Pelo menos quatro em cada cinco famílias são capazes de cobrir as suas necessidades alimentares e não alimentares sem recorrer a estratégia de adaptação destrutivas.
Fase 2: Sob pressão	Mesmo com ajuda humanitária, pelo menos uma em cada cinco famílias que se encontram no município, está na seguinte situação ou pior: redução do consumo alimentar, mas incapaz de cobrir as despesas não alimentares essenciais, sem recorrer a estratégia de adaptação irreversíveis.
Fase 3: Crise	Mesmo com ajuda humanitária, pelo menos uma em cada cinco famílias que se encontram no município, está na seguinte situação ou pior: défice de alimentos significativos e taxa de desnutrição aguda elevadas ou acima do normal; ou marginalmente capaz de cobrir o mínimo de suas necessidades alimentares, esgotando os meios de subsistência, levando a défice de consumo de alimentos.
Fase 4: Urgência	Mesmo com ajuda humanitária, pelo menos uma em cada cinco famílias no município está na seguinte situação ou pior: défice alimentar extremo, que resulta em desnutrição aguda muito grave ou alta taxa de mortalidade; ou perda extrema dos meios de subsistência, levando a défice de consumo de alimentos a curto prazo.
Fase 5: Fome	Mesmo com ajuda humanitária, pelo menos uma em cada cinco famílias do município, tem uma falta completa de alimentos e / ou outras necessidades básicas e está claramente exposta à fome, à morte e à miséria.

Glossário

Quadro Harmonizado de Segurança Alimentar é uma ferramenta para classificar a natureza e a gravidade da insegurança alimentar aguda durante as avaliações das situações atuais e projetadas de segurança alimentar e nutricional. É um processo que valoriza a informação gerada pelos sistemas de informação existentes, pesquisas sobre a vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, os

resultados da análise da economia doméstica, monitoramento do mercado, outros levantamentos, avaliações rápidas, conhecimento especializado, entre outros.

Vulnerabilidade: é o “resultado da interação entre os recursos disponíveis para indivíduos e comunidades e os desafios da vida que enfrentam, e resulta de problemas de desenvolvimento, incapacidades pessoais, status social desfavorecido, inadequação das redes e suportes interpessoais, degradação dos bairros e meio ambiente, bem como as complexas interações destes fatores ao longo da vida” (David Mechanic e Jennifer Tanner).

População vulnerável: define-se pelo estado em que o indivíduo ou população está vulnerável a uma determinada doença ou evento. Consiste num grupo de pessoas que estão desfavorecidas de alguma maneira do ponto de vista económico, social, demográfico e geográfico. A combinação destes quatro fatores contribui para uma saúde desigual.

Segurança Alimentar e Nutricional: “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base: práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, económica e socialmente sustentáveis. Este conceito congrega questões relativas à produção e disponibilidade de alimentos (suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade) e à preocupação com a promoção da saúde, interligando os dois enfoques que orientam a construção do conceito de SAN no Brasil: o socioeconómico e o da saúde e nutrição.” (LOSAN)

Subalimentação: é definida como o estado, durante meses ou anos (crónico), em que a uma incapacidade de adquirir uma quantidade de alimentos suficientes para fazer face as necessidades energéticas.

Prevalência de subalimentação: Probabilidade de escolher um indivíduo aleatoriamente na população, cuja a sua ingestão energética habitual é inferior a sua necessidade energética mínima.

ANEXO III - CUSTOS

Tabela 1: Montantes relativos às medidas de salvamento de gado por Ilha/Concelho e intervenções

Concelho	Otimização do efetivo animal conforme recursos forrageiros disponíveis	Melhoria do estado sanitário dos animais	Reforço do sistema de alimentação animal	Melhoria da disponibilidade de água para abeberamento animal	Reforço da capacidade de resposta das estruturas centrais	Total Concelho
Porto Novo	300.000,0	2.403.060,0	17.095.840,0	2.500.000,0	621.940,0	22.920.840,0
Ribeira Grande -SA	250.000,0	794.400,0	7.439.627,0	0,0	205.600,0	8.689.627,0
Paul	250.000,0	218.460,0	3.003.784,0	0,0	56.540,0	3.528.784,0
São Vicente	0,0	714.960,0	5.514.399,0	715.000,0	185.040,0	7.129.399,0
Sal	220.000,0	178.740,0	1.784.225,3	250.000,0	46.260,0	2.479.225,3
Rª Brava	300.000,0	637.345,0	6.709.230,0	1.200.000,0	226.160,0	9.072.735,0
Tarrafal-SN	200.000,0	236.495,0	2.550.042,0	2.995.000,0	0,0	5.981.537,0
Boavista	546.100,0	893.700,0	9.957.593,0	1.290.000,0	231.300,0	12.918.693,0
Maio	500.000,0	1.509.360,0	19.118.633,0	1.200.000,0	390.640,0	22.718.633,0

Concelho	Otimização do efetivo animal conforme recursos forrageiros disponíveis	Melhoria do estado sanitário dos animais	Reforço do sistema de alimentação animal	Melhoria da disponibilidade de água para abeberamento animal	Reforço da capacidade de resposta das estruturas centrais	Total Concelho
Ribeira Grande -ST	0,0	913.560,0	14.061.985,0	1.000.000,0	236.440,0	16.211.985,0
Praia	100.000,0	1.052.580,0	13.580.845,0	0,0	272.420,0	15.005.845,0
São Domingos	0,0	1.132.020,0	23.376.053,0	1.000.000,0	292.980,0	25.801.053,0
Santa Cruz	43.900,0	1.191.600,0	22.161.175,0	0,0	308.400,0	23.705.075,0
São Lourenço	50.000,0	397.200,0	9.101.565,0	0,0	102.800,0	9.651.565,0
São Salvador	50.000,0	417.060,0	10.460.117,0	0,0	107.940,0	11.035.117,0
Santa Catarina-ST	500.000,0	1.707.960,0	34.843.892,0	1.000.000,0	442.040,0	38.493.892,0
São Miguel	250.000,0	794.400,0	15.462.637,0	850.000,0	205.600,0	17.562.637,0
Tarrafal-ST	600.000,0	1.012.860,0	18.830.617,0	1.000.000,0	262.140,0	21.705.617,0
São Filipe	100.000,0	2.125.020,0	19.909.841,0	2.000.000,0	549.980,0	24.684.841,0
Mosteiros	175.000,0	436.920,0	8.045.062,0	0,0	113.080,0	8.770.062,0
Santa Catarina-FG	175.000,0	754.680,0	9.447.050,0	1.000.000,0	195.320,0	11.572.050,0
Brava	390.000,0	5.477.620,0	5.701.509,0	2.000.000,0	4.947.380,0	18.516.509,0
<i>Subsidio Transporte inter-ilhas dos alimentos para o gado</i>						48.938.062,50
Total Nacional	5.000.000,0	25.000.000,0	278.155.721,3	20.000.000,0	10.000.000,0	387.093.783,75

Tabela 2: Montantes relativos às medidas de gestão de escassez de água- Montantes por Ilha/Concelho e intervenções

Ilha	Concelho	Reforço de adução e distribuição	Aumento de disponibilidade de água	Criação de normativas	Total concelho
Santo Antão	Porto Novo	12.839.791	18.814.093	-	31.653.884
	Rª Grande-SA	4.300.000	28.647.000	150.000	33.097.000
	Paul	10.669.420	12.218.438	-	22.887.858
	Total Ilha	27.809.211	59.679.531	150.000	87.638.742
São Vicente	-	6.685.000	8.070.000	-	14.755.000
	Total Ilha	6.685.000	8.070.000	-	14.755.000
São Nicolau	Rª Brava	4.836.850	1.392.000	-	6.228.850
	Tarrafal-SN	1.732.500	3.367.500	-	5.100.000
	Total Ilha	6.569.350	4.759.500	-	11.328.850
Sal	-	3.800.000	1.250.000	-	5.050.000
	Total Ilha	3.800.000	1.250.000	-	5.050.000
Boavista	-	5.274.674	3.760.000	-	9.034.674
	Total Ilha	5.274.674	3.760.000	-	9.034.674
Maio	-	2.398.630	7.000.510	-	9.399.140
	Total Ilha	2.398.630	7.000.510	-	9.399.140
Santiago	Rª Grande-ST	4.979.802	9.191.303	1.120.000	15.291.105
	Praia	3.200.000	1.500.000	1.500.000	6.200.000
	São Domingos	3.400.000	24.449.490	-	27.849.490
	Sta. Cruz	7.400.000	13.000.000	-	20.400.000
	São Lourenço	5.200.000	21.800.000	-	27.000.000
	São Salvador	1.300.000	12.273.000	-	13.573.000
	Sta. Catarina-ST	5.400.000	10.000.000	-	15.400.000
	São Miguel	1.800.000	5.529.999	-	7.329.999
	Tarrafal-ST	8.083.333	3.236.667	2.130.000	13.450.000
	Total Ilha	40.763.135	100.980.459	4.750.000	146.493.594
Fogo	São Filipe	4.800.000	13.500.000	-	18.300.000
	Mosteiros	4.200.000	-	-	4.200.000
	Sta. Catarina-FG	6.800.000	-	100.000	6.900.000
	Total Ilha	15.800.000	13.500.000	100.000	29.400.000
Brava	-	900.000	1.000.000	-	1.900.000
	Total Ilha	900.000	1.000.000	-	1.900.000
Total nacional		110.000.000	200.000.000	5.000.000	315.000.000

Tabela 3: Montantes relativos às medidas de criação de empregos para as famílias por Ilha/Concelho e intervenções

CONCELHO	CRIAÇÃO DE EMPREGOS PARA AS FAMÍLIAS AFETADAS			
	Criações de atividades económicas locais ligadas ao setor agropecuário	Relançamento da atividade de agricultura de sequeiro e de regadio	Promoção de emprego local para as famílias mais afetadas	Total
Porto Novo	5.985.000	3.150.000	16.380.000	25.515.000
Ribeira Grande -SA	5.890.000	3.100.000	16.120.000	25.110.000
Paul	1.900.000	1.000.000	5.200.000	8.100.000
S. Vicente	2.755.000	1.450.000	7.540.000	11.745.000
Rª Brava	2.945.000	1.550.000	8.060.000	12.555.000
Tarrafal-SN	2.090.000	1.100.000	5.720.000	8.910.000
Sal	760.000	400.000	2.080.000	3.240.000
Boavista	665.000	350.000	1.820.000	2.835.000
Maio	2.090.000	1.100.000	5.720.000	8.910.000
Ribeira Grande -ST	2.470.000	1.300.000	6.760.000	10.530.000
Praia	5.985.000	3.150.000	16.380.000	25.515.000
São Domingos	4.560.000	2.400.000	12.480.000	19.440.000
Sta. Cruz	7.030.000	3.700.000	19.240.000	29.970.000
S. Lourenço dos Órgãos	2.565.000	1.350.000	7.020.000	10.935.000
S. Salvador do Mundo	3.135.000	1.650.000	8.580.000	13.365.000
Sta. Catarina-ST	13.300.000	7.000.000	36.400.000	56.700.000
S. Miguel	6.270.000	3.300.000	17.160.000	26.730.000
Tarrafal-ST	7.790.000	4.100.000	21.320.000	33.210.000
S. Filipe	8.835.000	4.650.000	24.180.000	37.665.000
Mosteiros	3.420.000	1.800.000	9.360.000	14.580.000
Sta. Catarina-FG	2.280.000	1.200.000	6.240.000	9.720.000
Brava	2.280.000	1.200.000	6.240.000	9.720.000
Total	95.000.000	50.000.000	260.000.000	405.000.000

ABREVIATURAS**ANAS** – Agência Nacional da Água e Saneamento**ANMCV** – Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde**APIMF-CV** - Associação Profissional das Instituições de Microfinanças de Cabo Verde**DGASP** – Direção Geral Agricultura, Silvicultura e Pecuária**DGC-MNEC** – Direção Geral de Cooperação, Ministério de Negócios Estrangeiros e Comunidades**DGFIS- MEFIS** - Direção Geral da Família e Inclusão Social, Ministério da Educação, Família e Inclusão Social**DGP-MF** – Direção Geral do Plano, Ministério das Finanças**DGPOG** – Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão**ETP** – Equipa Técnica de Pilotagem**FAO** – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação**IDRF** – Inquérito das Despesas e Receitas das Famílias**INE** – Instituto Nacional de Estatística**MAA** – Ministério da Agricultura e Ambiente**ONG** – Organização Não Governamental**PEMSMAA** – Programa de Emergência para a Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola**ZCIT** – Zona de Convergência intertropicalO Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução nº 141/2017

de 4 de dezembro

Sumário: Concede tolerância de ponto aos funcionários e agentes do Estado e dos Institutos Públicos no Município de Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, no dia 6 de dezembro de 2017.

A comemoração do Santo Padroeiro - São Nicolau, no dia 6 de dezembro, constitui um momento de grande significado para os sanicolaenses, particularmente para os do Município da Ribeira Brava.

Trata-se de um acontecimento marcado por um forte sentido de tradição religiosa, mas, também, repleto de atividades comemorativas a todos os níveis, com participação sempre massiva dos residentes e não residentes.

Assim, por forma a possibilitar a participação e o envolvimento da população nas celebrações alusivas à data;

Considerando a sua reconhecida importância e tradição;

Considerando, ainda, que essas celebrações contribuem fortemente para a dinamização religiosa, cultural e económica no citado Município; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Tolerância de ponto

É concedida tolerância de ponto aos funcionários e agentes do Estado e dos Institutos Públicos no Município de Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, durante todo o dia 6 de dezembro de 2017.

Artigo 2.º

Exclusão

Não estão abrangidos pela tolerância de ponto a que se refere o artigo anterior, as Forças Armadas, a Polícia Nacional, a Polícia Judiciária, os Estabelecimentos de Saúde, os Guardas Prisionais e Vigilantes e os serviços que laborem em regime ininterrupto, cuja presença dos funcionários se torne imperiosa, os quais continuam a praticar os mesmos horários a que se encontram legalmente vinculados.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 1 de dezembro de 2017.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*



**I SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.